

## **OBRAS NO CAIS DA ILHA BARNABÉ ESTÃO SUSPENSAS**

Autoridade Portuária afirma que situação não vai interferir no prazo de entrega, em 18 meses

*Por Matheus Müller*



[https://www.atribuna.com.br/image/contenid/policy:1.10082:1547655658/Ilha-Barnabe-graneis-quimicos.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=2df163c&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contenid/policy:1.10082:1547655658/Ilha-Barnabe-graneis-quimicos.JPG?f=2x1&$p$f=2df163c&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

**Autoridade Portuária garante que os serviços serão concluídos dentro dos 18 meses previstos (Carlos Nogueira/AT)**

As obras estruturais do cais da Ilha Barnabé, na Margem Esquerda do Porto de Santos, estão suspensas, segundo a Autoridade Portuária de Santos, por problemas de fornecimento de materiais. A estatal, no entanto, garante que os serviços serão concluídos dentro dos 18 meses previstos em contrato firmado com a empresa vencedora da licitação, Ster Engenharia Ltda.

As obras estruturais do cais da Ilha Barnabé, na Margem Esquerda do Porto de Santos, estão suspensas, segundo a

O projeto prevê a recuperação estrutural do cais e dos dolphins (estrutura de concreto utilizada para a atracação de navios), a contenção do talude (lateral inclinada do canal de navegação), instalação de passarelas metálicas e construção de um dolfim de amarração, e será custeada com recursos próprios da APS, no valor de R\$ 24,8 milhões.

O cais possui dois berços públicos (São Paulo e Bocaina) e um privado (Pier 1, da Ageo). A Autoridade Portuária informa que o canteiro para os trabalhos já foi mobilizado e “a expectativa é que as obras de contenção na retroárea do cais São Paulo sejam retomadas entre 3 a 4 semanas”. A Ilha Barnabé é responsável pela movimentação de granéis líquidos do Porto e concentra 35% das operações desse tipo de carga.

### **Berço liberado**

Diante da suspensão das atividades, a Autoridade Portuária optou por liberar o berço para operações. “Todo o andamento e planejamento da obra está sendo transparente, em alinhamento com as associações representantes dos usuários dos berços da Ilha Barnabé, por meio de reuniões realizadas frequentemente”.

A APS ressalta que os usuários serão avisados antecipadamente do bloqueio do uso do cais São Paulo. “Após o término da contenção da retroárea, será avaliada a possibilidade de liberação da atracação quando não houver trabalho dos operários, como nos finais de semana, feriados e à noite, conforme já divulgado. A decisão dependerá da viabilidade em relação à segurança”, destaca a nota.

### **Impacto**

O diretor-executivo do Sindicato Agências Navegação Marítima Estado São Paulo (Sindamar), José Roque, confirma que as reuniões virtuais têm sido realizadas com transparência. O sindicalista acredita, no entanto, que ao serem iniciadas, as obras vão causar um impacto no tempo de espera das atracações. Segundo ele, a espera, que hoje pode chegar a dois dias, deve saltar para cinco.

“Certamente a redução (de berços) exigirá um esforço conjunto entre agências, terminais e Autoridade Portuária para promoção a maior eficiência no uso dos berços remanescentes, a fim

de que a demanda das cargas seja atendida a contento. Nesse sentido temos tido engajamento de todos os envolvidos e obtido resultados positivos”.

A Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), em nota, ressalta que há “o temor” quando aos impactos das obras no escoamento da carga de produtos químicos. Entretanto, a entidade aponta que não há fazer previsões de eventuais danos com as obras paralisadas.

“Aguardamos o compartilhamento do cronograma de obras, que deverá ser entregue (pela APS). A partir do cronograma detalhado da obra, poderemos identificar mais claramente seu impacto na logística das cargas”, diz em texto.

A entidade ressalta, ainda, que participa de um grupo de trabalho formado pela APS, e representantes da Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL). “A Abiquim apresentou nesse (grupo) propostas para reduzir o impacto das obras e aguarda a análise (da APS)”.

## **A obra**

As obras ocorrerão nos berços São Paulo e Bocaina, que acessam por tubulação os terminais da Ageo e da Adonai, e serão feitas de forma alternada: primeiro a interdição será no São Paulo e, após conclusão da manutenção e liberação para operações, será realizada no Bocaina. Desta forma, no tempo em que as intervenções durarem, haverá sempre dois berços operando na Ilha.

Considerando que o Píer 1 tem maior capacidade, o impacto na redução de capacidade esperado nesses berços com as intervenções é estimado entre 15% e 20% em termos anuais.

*Fonte : A Tribuna Digital - SP*

*Data : 10/11/2020*



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## **ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS**

### **DIRETOR DA ANTAQ PARTICIPA DA CENTRO-OESTE EXPORT**

#### *Francisval Mendes destaca importância dos portos do Arco Norte*

O diretor da ANTAQ, Francisval Mendes, participou, na segunda-feira (9), em Rondonópolis (MT), do Centro-Oeste Export. Durante o seu discurso, Mendes destacou “que a Região Centro-Oeste sofre mais impactos negativos relacionados à ineficiência da logística que as regiões Sul e Sudeste, o que agrega custos e aumenta o preço final de seus produtos”.

“Se temos deficiências no escoamento das safras, a boa notícia é que os portos brasileiros saíram dessa triste realidade. No passado, eram considerados grandes gargalos e hoje batem recordes de movimentação, graças à oferta de mais e mais portos, seja em áreas em portos públicos, seja pelos terminais portuários privados, e destaco que nos últimos anos houve forte incremento de produtividade, gerando eficiência”, destacou o diretor.

Em sua fala, Mendes lembrou a importância dos portos do chamado Arco Norte (Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão) para melhorar a competitividade do agronegócio brasileiro. “O escoamento da safra de grãos em portos do Arco Norte vem, ano a ano, assumindo maior importância no escoamento da produção do Centro-Oeste. Segundo os dados estatísticos da ANTAQ, que é referência internacional em coleta e disponibilização de dados do setor aquaviário, em 2020 – 33% da soja e do milho do Brasil foram para o mercado externo por esses portos, mostrando um crescimento de 21% em relação a 2019”, informou o diretor da ANTAQ, destacando o escoamento da produção a partir das pequenas instalações de apoio ao transporte aquaviário localizadas fora da poligonal de portos organizados, como a de Ladário, no Mato Grosso do Sul.

Mendes ressaltou também que a ANTAQ tem seu foco em proporcionar maior oferta de terminais portuários, sejam públicos ou privados, de forma a acolher toda a crescente produção brasileira, que bate recordes, como se vê na produção brasileira de grãos, estimada em 257,8 milhões de toneladas pela Conab para a safra 2019/2020, 108,6 milhões superior ao período 2009/2010, quando registrou 149,2 milhões de toneladas.

## **Navegação Interior**

Sobre a navegação interior, Mendes afirmou “que ainda é lamentável observar que o modal hidroviário é pouco aproveitado e, se bem desenvolvido, poderia, pela capacidade mais elevada, resultar em diminuição de custos. Seus principais diferenciais são: menor custo por quilômetro, menor nível de emissões, menor consumo de combustível, menor número de acidentes e demanda embarcações mais simples e de baixa complexidade. O Brasil aproveita mal seu potencial hidroviário”.

Estimativas da ANTAQ apontam que, de janeiro a agosto de 2020, foram transportados pelas hidrovias brasileiras cerca de 27 milhões de toneladas de cargas, enquanto o potencial identificado é pelo menos quatro vezes maior.

“A Agência voltou sua atenção ao modal, e nesse sentido vem desenvolvendo estudos para o estabelecimento de hidrovias na região, de modo que os portos do Arco Norte sejam o destino do agronegócio do Centro-Oeste, com forte redução dos custos e, conseqüentemente, maior competitividade no mercado mundial.”

*Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários*

*Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ*

*Fone: (61) 2029-6520*

*FAX: (61) 2029-6517*

*E-mail: asc@antaq.gov.br*

*Data : 10/11/2020*



Fazendo o mundo mais ágil.

## **PORTAL PORTO GENTE**

### **RETOMADA ECONÔMICA DO TRANSPORTE DE CARGAS É TEMA DE WEBINAR**

*Assessoria de Comunicação*

A quinta edição do Programa Inovação aborda a visão da indústria de caminhões e implementos. Segundo dados recentes divulgados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial sofrerá uma retração de 4,4% ainda esse ano. O resultado, embora ruim, é mais otimista que o projetado pelo próprio FMI em junho de 2020, com -4,9% no PIB (Produto Interno Bruto).

Reforçando a necessidade do compartilhamento de informações, o Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Campinas e Região (Sindicamp) realizará no dia 13 de novembro, às 10:00, a quinta edição digital do Programa Inovação, Estratégia e Gestão Empresarial com o tema "Retomada econômica e o setor de transportes: visão da indústria de caminhões e implementos". O evento contará com a participação das empresas DAF, Iveco, Volvo e Anfir para dialogar sobre questões relacionadas a estratégia, comercialização, prestação de serviços e tecnologias embarcadas.

"Falar sobre a retomada, é dar a possibilidade de planejamento consciente das empresas para com seus clientes e colaboradores. Estamos vivendo um momento que exige preparação total, e muita cautela", completa José Alberto Panzan, presidente do sindicato.

O evento será realizado on-line, com vagas limitadas e totalmente gratuito. Para se inscrever no webinar, clique aqui.

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeIR1nI96EtOwRnQz4NFZxk8TuRC9Y64WEYBGPW8\\_YTc5RNnw/viewform](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeIR1nI96EtOwRnQz4NFZxk8TuRC9Y64WEYBGPW8_YTc5RNnw/viewform)

*Fonte : Portal Porto Gente*

Data : 10/11/2020

## NOVA ENTIDADE OBJETIVA DESENVOLVIMENTO DA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Assessoria de Comunicação

O Instituto Brasileiro de Mobilidade Sustentável foi criado para incentivar e viabilizar, em todas as suas vertentes, o mercado brasileiro da eletromobilidade.

Acaba de ser criado, em São Paulo (SP), o Instituto Brasileiro de Mobilidade Sustentável (IBMS), uma nova entidade que nasce com o foco de se transformar em uma ferramenta para incentivar e viabilizar, em todas as suas vertentes, o mercado brasileiro da eletromobilidade – a mobilidade por diferentes tipos de veículos elétricos. “Queremos contribuir, principalmente, com o desenvolvimento tecnológico deste setor, com a geração de mais conhecimento nesta área e, também, com a busca por investimentos internacionais em fundos criados para apoiar o desenvolvimento sustentável da mobilidade”, explica Ricardo Guggisberg, presidente da IBMS.



[https://portogente.com.br/images/Cidade\\_saudavel.jpg](https://portogente.com.br/images/Cidade_saudavel.jpg)

*Cidade saudavel*

Ricardo Guggisberg é um especialista em eletromobilidade, conhecido nacionalmente. Já foi presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE) e foi ele quem criou o evento “Salão de Mobilidade Elétrica e Cidades Inteligentes” (“VE Latino Americano”), em 2012, e realizado anualmente desde então. A edição deste ano foi cancelada, devido à pandemia do coronavírus, mas a próxima edição está confirmada para setembro ou outubro de 2021.

De acordo com Guggisberg, existem muitas oportunidades para atuação do IBMS, num espaço ainda não ocupado por outras associações do setor no

País. “Queremos promover a inovação da mobilidade no Brasil e, para isso, vamos criar projetos específicos e buscar recursos internacionais para concretizá-los”, explica. Ele cita como exemplos projetos educacionais, gestão de frotas de veículos elétricos, propostas para complementação do transporte público em maior escala (o chamado “first mile/last mile”), apoio a startups brasileiras inovadoras do setor e discussão sobre o reposicionamento dos espaços públicos para permitirem o uso, com segurança, dos micros modais elétricos, como monociclos, bicicletas e patinetes. Uma das ideias em discussão é desenvolver eletropostos para a área rural, uma inovação que ajudaria a ampliar o uso dos veículos elétricos também para fora das cidades.

“É preciso não apenas reestudar esses espaços públicos, para serem readequados, mas também abrir mais áreas voltadas para a micro mobilidade elétrica. Mas, para isso, temos que montar projetos consistentes, tecnicamente ajustados e apresentá-los aos fundos internacionais que oferecem recursos justamente para essas iniciativas”, explica o presidente da IBMS.

O Instituto nasce com uma diretoria composta por 18 representantes de players desse setor e tem como expectativa atrair como associados a maior parte das empresas que desenvolvem projetos ligados na eletromobilidade, incluindo fabricantes, importadores, montadoras de veículos, fornecedores de componentes para o segmento (como fabricantes e importadores de baterias elétricas), entre outros.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 10/11/2020

## WEBINAR AS OPORTUNIDADES DO ARCO NORTE

Editor Portogente

“A logística no Brasil está mudando, e as parcerias público-privadas trazem competitividade maior.” (Thiago Guilherme Péra - pesquisador da Esalq-Log).

As ondas migratórias do século XIX e início do século XX, do ciclo da borracha, em direção à Amazônia, estão renascendo em um cenário de dimensão ampliada, mais pujante de recursos e possibilidades. No Arco Norte, hinterlândia dos portos da região acima do paralelo 16°S, o Brasil se estende para o Novo Tempo das redes mundiais da produção, da logística e da comunicação.

O Webinar Semanal Portogente (WSP) “As oportunidades do Arco Norte”, nesta terça-feira (10/11), às 18h, inicia uma série de debates temáticos em sala monitorada aberta, para ampliar o entendimento de uma nova economia de produções competitivas e fatores de produção condicionados aos rigorosos parâmetros da sustentabilidade. Localizada na maior bacia hidrográfica do mundo e portos de profundidades naturais mais competitivas do País.

O ministério da Infraestrutura, sob o comando do ministro Tarcísio Gomes de Freitas, que foi no passado recente coordenador-técnico do estudo sobre o Arco Norte, está cumprindo prazos e entregando obras que pareciam nunca terminar. Rodovias, ferrovias, hidrovias e portos, numa rede de transportes estratégica e eficiência logística, que conecta essa economia de extensa área ao mercado mundial.

É a logística mais produtiva da pujante produção do Centro-Oeste e Norte do Brasil. Na qual se destacam a soja, milho, o bovino e os minérios, mais competitivos a partir dos seus escoamentos pelos portos do Arco Norte. Da mesma forma foram favorecidos o extrativismo de tantos minerais e as indústrias de produção regionalizada. No processo de gerar oportunidades, avulta o papel das universidades e centros de pesquisas da região atuando como motor de transformação, especialmente de produtos amazônicos.

Do ponto de vista continental, as fronteiras do Arco Norte aproximam mercados sul-americanos, na criação de oportunidades. Ao debater seu horizonte e especificidade ambiental, o webinar clareia o entendimento de tendências econômicas e os objetivos dos títulos verdes (green bonds).

*Fonte : Portal Porto Gente*

*Data : 10/11/2020*

# **ISTOÉ** **Dinheiro**

**ISTOÉ - DINHEIRO**

## **ANEEL ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA REVISÃO TARIFÁRIA DA ENERGISA BORBOREMA**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira, 10, abertura de consulta pública a partir desta quarta-feira, 11, sobre a revisão tarifária da Energisa Borborema. Segundo a proposta apresentada, o efeito médio na tarifa a ser percebido pelos consumidores atendidos é de 3,45%.

Para os de alta tensão, o reajuste médio sugerido é de 12,29%, e para os consumidores de baixa tensão, um aumento médio de 0,43%.

A Energisa Borborema atende a seis municípios no interior da Paraíba, abrangendo 510 mil habitantes no total, com 219,5 mil unidades consumidoras.

A consulta pública ficará aberta até 28 de dezembro, com audiência pública virtual marcada para 3 de dezembro.

Se aprovados, os novos valores passarão a vigorar a partir de 4 de fevereiro do próximo ano.

*Fonte : IstoÉ- Dinheiro*

*Data : 10/11/2020*



## **CRESCIMENTO EM 2021 PODE SER MELHOR QUE PROJEÇÃO DE 3,2%, DIZ GUEDES**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o crescimento econômico em 2021 pode surpreender e ser maior do que o projetado, em 3,2%. A declaração foi dada em evento virtual sobre países emergentes, organizado pela Bloomberg.

Ele repetiu que sempre disse que a recuperação da economia brasileira após o choque provocado pela pandemia de covid-19 seria em formato do símbolo da Nike, mas que está melhor, com um claro formato de “V”.

Guedes citou a situação do mercado de trabalho, que mostra perdas menores do que nas últimas crises e também aceleração da recuperação de vagas nos últimos três meses. “O fato é que a doença está caindo e a economia voltando forte. Nossas políticas anticíclicas funcionaram bem.”

O ministro ainda citou que a economia tem os mecanismos para lidar com uma segunda onda de contaminação por covid-19, pois o governo já digitalizou milhões dos brasileiros ditos pelo ministro que eram “invisíveis”. “Podemos filtrar excessos e poderemos gastar valores menores.”

Segundo Guedes, o governo vai agir decisivamente em uma segunda onda da covid, mas não vai usar a doença como desculpa para tomar medidas irresponsáveis. Ele também disse que o teto de gastos será mantido.

*Fonte : IstoÉ- Dinheiro*

*Data : 10/11/2020*

## **UE ACUSA AMAZON DE VIOLAR REGRAS EUROPEIAS DE CONCORRÊNCIA**

A Comissão Europeia acusou nesta terça-feira a gigante americana do comércio eletrônico Amazon de ter violado as regras europeias de concorrência, ao tirar partido dos dados fornecidos por cada transação que é efetuada no seu sistema.

A comissária europeia para a Concorrência, Margrethe Vestager, disse em entrevista coletiva que a União Europeia (UE) informou a Amazon sobre a situação.

Além disso, a UE anunciou que abrirá uma segunda investigação para determinar se o serviço Prime da Amazon e a “Buy Box” (“Caixa de Compra”) que aparece na tela empurram os compradores artificialmente para os vendedores que usam o serviço de logística da Amazon.

“Chegamos à conclusão preliminar de que a Amazon abusou ilegalmente de sua posição dominante como provedora de serviços de mercado na Alemanha e na França”, disse Vestager no Twitter pouco antes da entrevista coletiva.

“Precisamos garantir que plataformas de dupla função impulsionadas pelo mercado, como a Amazon, não distorçam a concorrência”, disse posteriormente a repórteres em Bruxelas.

Essa dupla função se dá porque a Amazon é, ao mesmo tempo, uma plataforma na qual os vendedores independentes podem oferecer seus produtos, e também um vendedor de produtos que concorre em vantagem com os comerciantes independentes.

Por conta disso, a UE apontou que as condições de concorrência não podem beneficiar artificialmente as ofertas da Amazon ou de comércios que utilizem os serviços de logística da empresa.

A Amazon vende seus próprios produtos para clientes de varejo por meio de suas plataformas na web, mas também permite que terceiros usem seu mercado para seus produtos.

A UE também acusa a Amazon de usar dados de usuários para competir com seus próprios clientes externos.

“Suas regras não devem favorecer artificialmente as próprias ofertas de varejo da Amazon ou tirar vantagem das ofertas de varejistas que usam os serviços de atendimento e entrega da Amazon”, disse Vestager.

“Com o e-commerce em ascensão e a Amazon como plataforma líder de e-commerce, o acesso justo e sem distorções aos consumidores online é importante para todos os vendedores”, acrescentou.

A autoridade informou que a UE enviou à Amazon uma “declaração formal de objeção”, um primeiro passo que pode levar a uma ação judicial.

Em uma breve nota distribuída à imprensa, a Amazon respondeu que “discorda das declarações preliminares da Comissão Europeia e continuará a fazer todo o possível para garantir que esta tenha as informações necessárias para ter uma compreensão precisa dos fatos”.

A Amazon destacou que “há mais de 150.000 empresas europeias vendendo através de nossas lojas, gerando dezenas de bilhões de euros em renda por ano e empregando milhares de pessoas”.

*Fonte : IstoÉ- Dinheiro*

*Data : 10/11/2020*



**EXTRA ONLINE**

## **QUESTIONADO SOBRE REFORMA TRIBUTÁRIA, BOLSONARO DIZ QUE ‘NÃO TEM AUMENTO DE IMPOSTO NO GOVERNO’**

*Por Gabriel Shinohara, Gustavo Maia e Daniel Gullino*



[https://extra.globo.com/incoming/24739134-c49-cbb/w640h360-PROP/x90446671\\_brasilbrasiliapa10-11-2020presidente-jair-bolsonaro-deixa-o-ministerio-da-defes.pagespeed.ic.mm\\_cwovxno.jpg](https://extra.globo.com/incoming/24739134-c49-cbb/w640h360-PROP/x90446671_brasilbrasiliapa10-11-2020presidente-jair-bolsonaro-deixa-o-ministerio-da-defes.pagespeed.ic.mm_cwovxno.jpg)

*Presidente negou que haverá aumento de imposto no governo*  
*Presidente negou que haverá aumento de imposto no governo*  
*Foto: Jorge William / Agência O Globo*

Durante evento para o lançamento do programa para a retomada do turismo no Brasil nesta terça-feira, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que não haverá aumento de imposto no governo.

A fala do presidente aconteceu de improviso depois que Marco Ferraz, um representante do setor de turismo, reclamou da reforma tributária que está em tramitação no Congresso Nacional. No púlpito, Ferraz disse que a reforma tributária aumentaria em 200% os impostos sobre o setor.

— Uma preocupação nossa de todo nosso setor com relação a reforma tributária, do jeito que está no Congresso aumenta em 200% os impostos do turismo. Em um momento tão difícil como a gente está agora, tem 200% de aumento vai ser muito desafiador pra gente.

Ao voltar para a sua cadeira, Ferraz foi interceptado pelo presidente, com quem trocou algumas palavras, que logo foram seguidas de um pronunciamento de Bolsonaro fora do microfone:

— Não tem aumento de imposto no governo.

O setor de serviços já vinha reclamando que a proposta que unifica impostos traria um aumento da carga tributária. Um dos textos que está sendo discutido no Congresso cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que unificaria o PIS, Cofins, IPI (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Há um impasse entre o governo e o Congresso sobre a tramitação da reforma tributária. Em julho, o Executivo encaminhou ao Congresso a primeira fase da proposta da equipe econômica, que consiste na unificação do PIS e da Cofins em um novo tributo, batizado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Já no Congresso, o Senado tem uma proposta e a Câmara tem outra.

Enquanto isso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, continua defendendo um imposto sobre transações digitais. A ideia era usar a arrecadação desse imposto para desonerar a folha de pagamento das empresas. Ele chegou a defender o tributo e dizer que ele não existia no mesmo dia.

*Fonte : Extra Online*

*Data : 10/11/2020*

## **PREÇOS DO PETRÓLEO SOBEM QUASE 3% COM EXPECTATIVAS POR VACINA**

*Por Laura Sanicola*

NOVA YORK (Reuters) - Os preços do petróleo avançaram quase 3% nesta terça-feira, à medida que expectativas de que uma vacina contra a Covid-19 esteja no horizonte compensaram a queda na demanda por combustíveis causada pelos novos "lockdowns" impostos para contenção do vírus.

Os contratos futuros do petróleo Brent fecharam em alta de 1,21 dólar, ou 2,9%, a 43,61 dólares por barril, enquanto os futuros do petróleo dos Estados Unidos (WTI) avançaram 1,07 dólar, ou 2,7%, para 41,36 dólares o barril.

Ambos os contratos saltaram 8% na segunda-feira, registrando os maiores ganhos diários em mais de cinco meses, após as farmacêuticas Pfizer e BioNTech anunciarem que sua candidata a vacina contra a Covid-19 registrou eficácia de mais de 90% em testes iniciais.

O petróleo voltou a subir nesta terça, depois de o diretor do Instituto Nacional de Alergias e Doenças Infecciosas dos EUA, Anthony Fauci, afirmar que doses da vacina estarão disponíveis para pessoas com alta prioridade em dezembro.

"Isso sugere que, em algum momento do ano que vem, as pessoas talvez poderão sair de férias, o que significa que veremos uma demanda maior por combustível de aviação", disse Bob Yawger, diretor de Futuros de Energia do Mizuho, celebrando o significado da notícia para o complexo energia.

(Reportagem adicional de Ahmad Ghaddar, Sonali Paul e Seng Li Peng)

*Fonte : Extra Online*

*Data : 10/11/2020*

## **INDÚSTRIA DO AÇO JÁ ENFRENTA GARGALOS NA RETOMADA, DIZ CARLOS DA COSTA**

*Por Isabel Versiani*

BRASÍLIA (Reuters) - O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, disse que a indústria do país vive forte retomada e já enfrenta gargalos em alguns setores, como no de aço, em que, segundo ele, há falta de vergalhões e aços planos em várias regiões.

Em participação em congresso da Associação Latino-Americana do Aço (Alacero) nesta terça-feira, Costa ressaltou um aumento da demanda por produtos de aço do setor de saneamento, na esteira da aprovação no Congresso do marco regulatório para o segmento que abriu mais espaço para o investimento privado.

O secretário destacou ainda uma melhoria no ambiente de negócios no país desde o início do atual governo. Segundo ele, o Custo Brasil, que foi estimado por sua secretaria em 1,5 trilhão de reais há um ano, já caiu a cerca de 1,2 trilhão de reais.



O valor, segundo Costa, corresponde ao custo para se fazer negócios no Brasil adicional ao que um empresário teria em um país mediano da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Fonte : *Extra Online*

Data : 10/11/2020



## **AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS**

### **SHELL REGISTRA SETE NOVAS USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS NA PARAÍBA**

*Por epbr - 10 de novembro de 2020 - Em Clima, Solar, Transição energética*

A Shell registrou na Aneel o pedido de outorga de sete novas usinas solares fotovoltaicas no município de São João do Rio do Peixe, na Paraíba. O novo pedido de outorga prevê a instalação do complexo solar Canis, com seis usinas com potência instalada de 48,1 MW e uma, com potência instalada de 34,7 MW

A empresa soma agora 31 pedidos de instalação de usinas solares fotovoltaicas no Brasil, que representam 1,423 GW de potência instalada, sendo 1,1 GW em Minas Gerais e 323,3 MW, no estado da Paraíba.

A Shell vai investir, globalmente, US\$ 3 bilhões por ano em projetos de energias renováveis a partir deste ano.

Recentemente, a empresa anunciou uma nova estrutura para o negócio de energia elétrica renovável e gás natural no país, que é liderado pelo diretor de Novas Energias da Shell Brasil, Guilherme Perdigão. Busca consumidores livres para o desenvolvimento de projetos de energia fotovoltaica, negócio que continuará a cargo de Gabriela Oliveira.

A Shell Energy Brasil continuará responsável pela comercialização e a oferta de soluções integradas de energia para consumidores.

#### **Veja a aposta da Shell em energia fotovoltaica no Brasil**

- Registrou no começo de abril a outorga das usinas fotovoltaicas – Aquarii I, II e III – no município de Brasilândia de Minas, em Minas Gerais. Cada projeto terá 50 MW de capacidade instalada e somam 150 MW solares.
- Ainda em abril registrou dez novos projeto de geração de energia solar fotovoltaica: as usinas Barnard Solar serão instaladas no município de Várzea da Palma, também em Minas Gerais.
- Em setembro registrou o pedido de 11 novos projetos na cidade de Arinos, também em Minas Gerais. O novo pedido de outorga prevê a instalação do complexo solar Draco, com um total de 11 usinas, sendo 10 usinas com potência instalada de 48,7 MW e uma, com potência instalada de 24 MW
- Registrado em novembro pedido de instalação do complexo solar Canis, na Paraíba, com seis usinas com potência instalada de 48,1 MW e uma, com potência instalada de 34,7 MW

Os investimentos fazem parte da estratégia global da Shell de zerar suas emissões de carbono até 2050, apostando fortemente em energias renováveis. No Brasil, a empresa também está olhando o incipiente mercado de eólicas offshore.

O presidente da Shell Brasil, André Araújo, tem defendido também que a criação de um mecanismo de créditos de carbono pode ser uma solução para o país começar a trabalhar as metas de Acordo de Paris movimentando a economia.

Recentemente, o CEO da Shell, Ben van Beurden, afirmou que a sociedade precisa de um sistema de energia com emissões líquidas zero para que sejam cumpridas as metas do Acordo de Paris. Defendeu que as empresas precisam mudar por conta da demanda da sociedade.

“Nesse contexto, uma empresa como a Shell tem uma escolha. Pode optar por produzir petróleo e gás com as menores emissões possíveis. Ou pode dizer: Se a sociedade deseja obter emissões líquidas zero e realmente queremos ser uma parte integrante dessa sociedade, então precisamos chegar a zero líquidas também”, afirmou.

*Fonte : Agência EPBR de Notícias*

*Data : 10/11/2020*

## **EQUINOR ANUNCIA US\$ 455 MILHÕES EM CONTRATOS PARA BACIA DE SANTOS**

Baker Hughes, Halliburton e Schlumberger foram contratadas para perfuração e serviços de poços no campo de Bacalhau

*Por epbr - 10 de novembro de 2020 - Em Notícias*

A Equinor anunciou nesta terça-feira (10/11) contratos no valor de US\$ 455 milhões com a Baker Hughes, Halliburton e Schlumberger para perfuração e serviços de poços no campo de Bacalhau, na Bacia de Santos. Os contratos têm um prazo firme de quatro anos e duas opções de dois anos.

A empresa entende que os contratos podem gerar uma contribuição significativa para os índices de conteúdo local do projeto, já que conteúdo local médio dos três contratos, considerando que a maioria dos serviços será realizada no Brasil, é estimado em 74%.

“Os contratos promovem ainda mais nossa experiência de cooperação positiva com os três fornecedores selecionados em nossos projetos em todo o mundo. Eles serão essenciais para garantir a perfuração e operações de poços seguras e eficientes no campo de Bacalhau”, afirma Peggy Krantz-Underland, chief procurement officer da Equinor.

### **Veja os contratos anunciados**

1. Contrato com a Baker Hughes cobre serviços de perfuração e completação
2. Halliburton incluirá serviços de intervenção e suspensor de revestimento
3. Schlumberger fornecerá serviços de perfilagem

Bacalhau é o maior projeto da Equinor fora da Noruega e é considerado por alguns executivos da empresa o Sverdrup fora da Noruega, um grande campo no Mar do Norte que a Equinor está atualmente desenvolvendo.

“O Brasil é uma área prioritária para a Equinor e Bacalhau é um ativo importante no pré-sal brasileiro, localizado na Bacia de Santos. Junto com nossos parceiros, estamos atualmente amadurecendo o projeto em direção a uma decisão final de investimento (FID) que está planejada para 2021”, disse Trond Bokn, vice-presidente sênior em exercício para desenvolvimento de projetos na Equinor.

A Equinor é a operadora do campo de Bacalhau com 40% de participação. Tem como sócias a ExxonMobil (40%) e Petrogal Brasil (20%).

- Monitor da Perfuração: Consulta completa de todos os poços perfurados no Brasil

### **FPSO contratado com a Modec**

A Equinor oficializou em janeiro a contratação da Modec para fornecer o navio-plataforma, do tipo FPSO, que será utilizado para a produção de petróleo e gás no campo de Bacalhau. A empresa havia sido contratada para o Pré-Feed (Pre-Front End Engineering Design, sigla em inglês), em dezembro de 2018 e ficou com a obra.

A Modec será responsável pelo projeto e construção do FPSO, incluindo contratação dos módulos do topside, bem como sistemas marítimos e de casco. A primeira produção de petróleo está planejada no período entre 2023-2024.

A Equinor anunciou também que contratou com o consórcio Subsea Integration Alliance, formado por Subsea7 e OneSubsea, o pacote de SURF (Subsea, Umbilical, Risers and Flowlines), equipamentos que são instalados no leito marinho.

Uma segunda plataforma, que pode representar uma segunda fase de desenvolvimento de Carcará, ainda está em estudo pelo consórcio liderado pela Equinor.

### **Linha do tempo do projeto de Bacalhau**

- A descoberta foi realizada pela Petrobras em 2012
- Equinor adquiriu a participação de 66% da Petrobras no BM-S-8 por US\$ 2,5 bilhões em julho de 2016.
- Vendeu para a ExxonMobil metade dessa parcela por US\$ 1,3 bilhão
- Em julho de 2017, acertou a venda de 3,5% e 3%, respectivamente, da parcela de 10% que comprou da Enauta na área para a ExxonMobil e Petrogal, operação que movimentou mais US\$ 250 milhões
- Cade aprovou a entrada da ExxonMobil em setembro de 2017
- Em janeiro de 2018, recebeu do Ibama licença ambiental para a perfuração de até sete poços na área. A licença, válida por quatro anos, libera também a realização de um teste de formação de curta duração em poço já existente.
- Em fevereiro de 2018 iniciou o licenciamento de dois FPSOs para produzir em Bacalhau. A primeira unidade de produção deve entrar em operação em julho de 2024
- Ibama ampliou a licença para a perfuração de poços no campo em setembro de 2018
- Saída da Barra Energia foi aprovada em novembro de 2018 pelo Cade
- Em dezembro de 2019 a Equinor declarou a comercialidade das áreas de Carcará e Norte de Carcará, que passaram a se chamar Bacalhau e Norte de Bacalhau.
- A primeira produção de petróleo está planejada para 2024

*Fonte : Agência EPBR de Notícias*

*Data : 10/11/2020*

### **BP E ØRSTED VÃO INVESTIR JUNTAS EM HIDROGÊNIO VERDE**

Eletrolisador será alimentado por energia gerada por uma eólica offshore de Ørsted no Mar do Norte

*Por epbr - 10 de novembro de 2020 - Em Transição energética*

A BP e a Ørsted assinaram nesta terça (10) uma carta de intenções para o desenvolvimento conjunto de um projeto de produção em escala industrial de hidrogênio verde, produzido a partir da eletrólise da água usando energia renovável, com emissões zero de gases do efeito estufa (GEE). Batizado como Lingen Green Hydrogen, o projeto prevê um eletrolisador inicial de 50 MW e infraestrutura associada na refinaria de Lingen, da BP, no Noroeste da Alemanha.

A energia será proveniente de uma eólica offshore de Ørsted no Mar do Norte e o hidrogênio produzido será usado na refinaria.

O projeto deverá produzir uma tonelada por hora de hidrogênio verde ou quase 9.000 toneladas por ano, suficiente para substituir cerca de 20% do atual consumo de hidrogênio cinza da refinaria, evitando cerca de 80 mil toneladas de emissões de CO2 equivalente por ano, ou o equivalente às emissões de cerca de 45.000 carros na Alemanha.

- BP estabelece ambição de ser neutra em carbono até 2050
- Equinor indica pico da demanda por petróleo e gás em 2030 e anuncia meta de zerar emissões até 2050

A meta é construir, no longo prazo, mais de 500 MW de capacidade de eletrólise por energia renovável em Lingen. Isso poderia fornecer hidrogênio verde para atender toda a demanda de hidrogênio da refinaria e fornecer matéria-prima para a potencial futura produção de combustível sintético.

A decisão final de investimento está prevista até o final de 2022 para que o projeto esteja operacional em 2024.

“Lingen Green Hydrogen oferece a oportunidade de acelerar significativamente a redução de emissões em nossa refinaria e acumular experiência de produção e implantação de hidrogênio verde em larga escala”, comentou Dev Sanyal, vice-presidente executivo, gás e energia de baixo carbono da bp

### **Descarbonização**

A BP estima que o hidrogênio vai desempenhar um papel crítico na descarbonização dos setores de energia, indústria e transporte, especialmente aqueles que são difíceis de eletrificar ou caros.

O desenvolvimento de negócios em tecnologias emergentes como o uso e armazenamento de hidrogênio e carbono (CCUS) é parte integrante da estratégia da BP de se transformar em uma empresa integrada de energia.

Em fevereiro, a BP anunciou a ambição de se tornar uma empresa neutra em emissão de carbono até 2050. A promessa representa a neutralização de 415 milhões de toneladas equivalentes de CO2 (tCO2e), sendo 55 milhões/ano das próprias operações da companhia e 360 milhões/ano relativos à produção de petróleo e gás da BP.

### **Entenda**

A eletrólise divide a água em gases hidrogênio e oxigênio. Quando alimentado por energia renovável, produz hidrogênio “verde”, sem gerar emissões diretas de carbono.

O hidrogênio é amplamente utilizado em processos de refinaria, como em Lingen. Normalmente, é produzido pela reforma do gás natural, o que resulta em emissões de CO2. Isso também é conhecido como hidrogênio “cinza”.

*Fonte : Agência EPBR de Notícias*

*Data : 10/11/2020*



## **JORNAL O GLOBO – RJ**

### **GUEDES PROMETE QUATRO PRIVATIZAÇÕES ATÉ DEZEMBRO DE 2021**

Ministro cita venda da Eletrobras, Correios, PPSA e Porto de Santos. Até agora, único projeto apresentado ao Congresso é o da empresa de energia, que está parado

*Por Manoel Ventura e Marcello Corrêa*

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta terça-feira que pretende privatizar pelo menos quatro empresas até dezembro de 2021. Desde o início do governo, Guedes promete leiloar empresas públicas, mas após quase dois anos somente uma proposta foi enviada ao Congresso, a da Eletrobras, que está travada. As demais não foram decididas nem dentro do próprio governo.

A data até dezembro de 2021 é um novo prazo dado pelo ministro para a venda das estatais, depois dele ter falado, em julho, que faria até quatro "grandes privatizações" em 90 dias.

Mais cedo, Guedes afirmou que o Brasil pode "ir para uma hiperinflação muito rápido" se não rolar a dívida satisfatoriamente. Ele avalia que o governo possui uma dívida em "bola de neve" e, para sair dessa situação, a saída é a venda de estatais e imóveis do governo federal.

As empresas citadas por Guedes são Eletrobras, Correios, PPSA e Porto de Santos. A privatização da Eletrobras foi até agora a única encaminhada ao Congresso. O projeto para a venda dos Correios ainda tramita dentro do próprio governo.

A proposta foi encaminhada para a Secretaria de Assuntos Jurídicos no Palácio do Planalto. Ainda falta a assinatura do presidente Jair Bolsonaro antes de ser enviada ao Congresso.

De acordo com documento entregue pela Advocacia-Geral da União (AGU) aos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), governo federal vê risco de os Correios se tornarem uma empresa dependente do Tesouro Nacional, gerando um impacto anual de R\$ 20 bilhões no Orçamento da União.

A PPSA é a estatal responsável pela parte do governo nos contratos de exploração de petróleo do pré-sal, sob o regime de partilha. Nesse modelo, o governo é “sócio” das empresas exploradoras do óleo e do gás. Por isso, a privatização citada por Guedes na prática é uma operação de antecipação de receitas da venda desse petróleo que cabe à União.

O ministro disse que a privatização da PPSA poderia render US\$ 100 bilhões — o equivalente hoje a mais de R\$ 500 bilhões — e ajudar a pagar a conta criada com as medidas para combater o coronavírus. O próprio ministro, porém, já citou que esses meses contratos valeriam R\$ 200 bilhões.

— Calculamos que poderia chegar a algo próximo a 100 bilhões de dólares, então nós estamos determinados a tentar vender esses contratos — disse Guedes, em transmissão ao vivo para o mercado financeiro internacional.

Quanto à Cedae, o ministro afirmou que a privatização da companhia fará parte de um esforço do governo federal para acelerar o processo de desestatização no país.

Em entrevista ao GLOBO publicada na edição desta terça, o governador em exercício do Rio, Claudio Castro, voltou a dizer que não fará um 'mal negócio', referindo-se à venda da Cedae. Para ele, ainda há perguntas sem respostas relativas ao modelo de privatização.

O ministro falou também que o avanço do e-commerce faz acreditar que o leilão dos Correios será bem sucedido. Explicou também que o Porto de Santos é o maior hub de transportes do Brasil.

O ministro se queixou, porém, de obstáculos no campo político, repetindo que quem dá o timing das reformas são os políticos. Mas até agora o governo não entregou sua proposta para que estas empresas sejam privatizadas, e o Congresso não começou efetivamente a debater projetos.

— Há uma guerra política; nós entregamos, e a oposição diz que nós não entregamos — disse.

Sobre o anúncio das quatro privatizações em três meses, disse que havia um acordo político para anunciá-las, mas que esse acordo acabou não se concretizando. O ministro não esclarece, porém, com quem esse acordo teria sido negociado ou os seus termos.

Mais cedo, em outro evento, Guedes afirmou se sentir frustrado pelo fato de o atual governo estar há dois anos no poder sem vender estatais.

— Estou bastante frustrado de estarmos aqui há dois anos e não termos conseguido vender nenhuma estatal. É bastante frustrante — afirmou em evento sobre desestatização promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU).

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 10/11/2020*

## **'O PRIMEIRO MOVIMENTO JÁ É A CEDAE', DIZ GUEDES SOBRE PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÕES**

Ministro se diz frustrado por ainda não ter vendido estatais. Para ele, empresa fluminense já deveria ter sido privatizada, mas governo do Rio ainda não definiu plano para companhia

*Por Marcello Corrêa e Manoel Ventura*

BRASÍLIA - O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta terça-feira que a privatização da Cedae fará parte de um esforço do governo federal para acelerar o processo de desestatização no país. Segundo o ministro, a companhia já deveria ter sido vendida, mas o governo do Rio ainda avalia se a melhor saída para a empresa é a privatização.

Guedes afirmou que o BNDES e a secretaria de Desestatização serão responsáveis por coordenar a iniciativa, mas não deu detalhes sobre o andamento dos trabalhos.

— Nós temos que avançar com nosso programa (de desestatização) aqui. Tanto o BNDES, que é o braço operacional, como a secretaria de Desestatização, têm uma missão de acelerar isso. O primeiro movimento já é a Cedae. É um caso típico de água e saneamento, empresa quebrada, povo sem água e sem esgoto, rolando uma dívida enorme. O estado em recuperação fiscal e com aquele ativo lá, que já poderia ter sido privatizado — disse o ministro, durante evento da Controladoria-Geral da União.

Em entrevista ao GLOBO publicada na edição desta terça, o governador em exercício do Rio, Claudio Castro, voltou a dizer que não fará um 'mau negócio', referindo-se à venda da Cedae. Para ele, ainda há perguntas sem respostas relativas ao modelo de privatização.

No fim de outubro, Castro já havia dito que poderia reconsiderar a venda da companhia. Na segunda-feira, a Justiça derrubou trecho de uma lei que proibia a privatização da Cedae. A operação fez parte do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), mas nunca foi à frente.

Procurado, o governo do Rio não confirmou se a companhia será privatizada e disse em comunicado que "trabalha junto ao BNDES para que a modelagem do serviço de concessão atenda a população da melhor maneira possível". A nota diz ainda que, "para o Estado, as prioridades são a melhoria da qualidade de vida da população e a garantia de bons investimentos para o Rio de Janeiro".

'Estou bastante frustrado', diz Guedes sobre dificuldade em privatizações

Durante o evento, o ministro se queixou de não ter vendido mais empresas estatais e lembrou que esse foi um dos motivos que causaram a saída do ex-secretário de Desestatização, Salim Mattar.

— Estou bastante frustrado com o fato de a gente estar aqui há dois anos e não ter conseguido vender uma estatal. É bastante frustrante — afirmou Guedes.

Queixa: Após reclamação de Guedes sobre privatizações, Maia diz que é preciso resolver base na Câmara antes de críticas

Segundo o ministro, o novo titular da pasta, Digo Mac Cord, só precisa "fazer um gol" para se sair melhor que o antecessor:

— Ele só tem que fazer um gol para ganhar. O outro ficou no zero, não fizemos nada.

Guedes reclamou ainda que haveria acordos políticos para travar privatizações. Até agora, o governo encaminhou ao Congresso apenas a venda da Eletrobras.

Outras propostas, já anunciadas não foram enviadas aos parlamentares, como as privatizações dos Correios e da PPSA.

— Nós devemos essa democracia à transformação do Estado. Essa missão está acima da política partidária, que inclusive impediu que nós avançarmos. Acordos políticos impedindo as privatizações e um governo liberal democrata que foi eleito e falou o tempo inteiro que ia privatizar. Aí tem acordo político na Câmara e no Senado que não deixa privatizar. Que história é essa?

**Fonte : O Globo - RJ**  
**Data : 10/11/2020**



## APAGÃO NO AMAPÁ NÃO PREJUDICA VENDA DA ELETROBRAS, DIZ MAC CORD

Secretário de Desestatização do Ministério da Economia defende que crise não seja obstáculo para a privatização

*Por Bloomberg News*



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24738907-82a-312/FT1086A/652/xMacCord.jpg.pagespeed.ic.bnK7XNaBiz.jpg>

*O secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, quer acelerar privatizações Foto: Pablo Valadares / Câmara dos Deputados*

BRASÍLIA - O governo quer que a privatização da Eletrobras seja acelerada apesar de o apagão que deixou o Amapá às escuras por uma semana ter levantando dúvidas sobre esse processo. O problema não pode se tornar um obstáculo, diz o secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, em entrevista.

Após dias de caos nos hospitais, desabastecimento e escassez de água, foi a Eletronorte, subsidiária da Eletrobras, quem resolveu o problema causado por um incêndio que destruiu transformadores na subestação de Macapá, que pertence a uma concessionária privada. O acidente levantou preocupações sobre qual deve ser o futuro da empresa mais importante do programa de privatização do país.

— Algumas pessoas estão apontando que um operador privado foi responsável pelo acidente e que a Eletrobras está salvando o sistema. Ainda bem, mas a privatização ainda é o caminho. O Estado não precisa ser empresário — disse Mac Cord. O que o Brasil precisa é de um novo marco regulatório com mecanismos de monitoramento que facilitem a relicitação de concessões problemáticas. O projeto que renova o marco das concessões está na Câmara há mais de um ano, disse ele.

A empresa privada Gemini Energy é a concessionária responsável pela subestação de Macapá. Originalmente, a concessão pertencia à espanhola Isolux, que pediu recuperação judicial em 2017.

— No Amapá, houve um problema técnico devido a um problema financeiro que não teria acontecido se o processo de monitoramento das concessões fosse melhorado — disse o secretário. Segundo ele, o Ministério da Economia entrará em contato com o relator do marco regulatório das concessões, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), para tentar acelerar a votação.

Por meio de nota, a Gemini Energy informou que tem feito investimentos vultosos na concessão e trabalhado “ininterruptamente para que prontamente seja reestabelecida 100% da carga de forma plena o quanto antes”.

O secretário sugere como alternativa a contratação de um seguro para problemas como o do Amapá:

— Em vez de ter estatal super ineficiente, eu posso contratar uma empresa que fica com transformadores à disposição para atender o Brasil todo. É mais barato isso do que manter um sistema que já custou muito — disse ele. — Aviões caem, mas a solução é nacionalizar a indústria aérea?

Para ele, o acidente prova que a Eletrobras tem que se deslocar mais rapidamente para o setor privado. Para obter apoio no Congresso, especialmente entre as bancadas do Norte e do Nordeste, o governo concordou em incluir uma Golden Share no projeto de privatização da estatal.

A Golden Share, no entanto, será utilizada em casos específicos que não afetariam o valor da empresa, disse ele. O Ministério da Economia também concorda em destinar R\$ 3,5 bilhões para a revitalização do Rio São Francisco e outros R\$ 3,5 bilhões para um fundo modernização do parque gerador da região Norte, disse Mac Cord.

O presidente do Congresso, o senador Davi Alcolumbre (DEM), que é do Amapá e tenta eleger seu irmão prefeito de Macapá, defende que a Gemini Energy perca a concessão e que a Eletronorte assuma a subestação no estado.

Mac Cord tornou-se czar da privatização do Brasil em agosto, depois que Salim Mattar pediu demissão porque estava insatisfeito com o ritmo da agenda de privatizações. O secretário está otimista com o programa, que inclui também a privatização dos Correios, contratos da petrolífera Pré-Sal Petróleo, conhecida como PPSA, e do Porto de Santos.

Existem várias possibilidades para a modelagem da venda dos Correios, entre elas desverticalização, capitalização da empresa ou mesmo separação dos serviços por região. Mac Cord aposta ainda na capilaridade da rede de agências como um ativo atrativo para o setor privado.

— Não tenho dúvida nenhuma de que a privatização dos Correios vai ser um sucesso — disse ele.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 10/11/2020*

## **BOLSA SOBE 1,5% E SUPERA 105 MIL PONTOS. DÓLAR FECHA QUASE ESTÁVEL, COTADO A R\$ 5,39**

Em nove dias, Ibovespa acumula valorização de 10,17% e atinge R\$ 3,65 trilhões em valor de mercado. Em NY, papéis de tecnologia fazem Nasdaq cair 1,37%

*Por Gabriel Martins e Ivan Martínez-Vargas*

RIO — O bom humor causado pela confirmação da vitória de Joe Biden nos Estados Unidos e pelo avanço na vacina da Pfizer contra a Covid-19 seguem ditando o comportamento dos mercados. Na Bolsa, o Ibovespa (referência da B3) avançou 1,5%, aos 105.067 pontos, maior patamar desde 29 de julho. Somente nos nove primeiros dias de novembro, o índice acumula valorização de 10,17%, fazendo o valor de mercado do índice atingir R\$ 3,65 trilhões.

O dólar comercial fechou quase estável, com leve alta de 0,06%, a R\$ 5,391. Só este mês a moeda americana acumula uma queda de 6,03% contra o real.

Mas analistas já esperam uma correção.

— Agora, a principal fonte de expectativa positiva para os mercados é a vacina contra a Covid, a eleição de Biden já foi precificada ao longo da última semana. Mesmo com uma toada mais positiva, é natural que o dólar busque um equilíbrio após as fortes perdas da última semana, podendo apresentar algum movimento de alta — diz Fabrizio Velloni, economista-chefe da Frente Corretora.

Em Nova York, o índice Dow Jones fechou em alta de 0,90%. Já o S&P 500 e a Bolsa eletrônica Nasdaq caíram 0,14% e 1,37%, respectivamente. A queda foi puxada por papéis de empresas de tecnologia, que recuaram pelo segundo dia consecutivo. São ações que subiram durante a pandemia, devido à adoção do trabalho remoto.

A Amazon fechou em queda de 3,5%, enquanto Facebook perdeu 2,3%, e a Microsoft, 3,4%. A Zoom, que se popularizou com videoconferências na pandemia, desabou 9%.

Rafael Antunes, sócio da Inove Investimentos, avalia que o avanço nos testes da vacina contra a Covid-19 contribui para uma melhor expectativa sobre a retomada da economia.

— Os indicadores dos últimos meses, como indústria e varejo, foram positivos em vários países, então o mercado refez as contas para cima. A probabilidade de uma segunda onda da doença, especialmente na Europa, fez as contas serem revisadas para baixo. A concretização de uma vacina retira esse ruído nos mercados — diz.

Velloni ressalta que ainda pode haver algum tipo de ruído no mercado diante das tentativas de judicialização do pleito americano. E acrescenta que, para que o dólar se mantenha com viés de baixa frente ao real, é necessária uma grande estruturação da situação fiscal brasileira:

— O calcanhar de Aquiles do Brasil é a situação fiscal. O exterior está com viés positivo, especialmente com o progresso das vacinas, mas o endividamento local segue muito grave. Em um cenário no qual o Brasil consiga começar a resolver seu endividamento e o exterior siga positivo, é possível projetar um dólar entre R\$ 4,80 e R\$ 5,20.

Nesta terça, o secretário de Estado americano, Mike Pompeo, falou em um "segundo mandato" de Trump ao ser perguntado sobre as políticas de transição do governo para uma nova gestão. Analistas destacaram que, por enquanto, os investidores seguem empolgados com os resultados da vacina da Pfizer e aguardando a Justiça dos EUA se pronunciar sobre possíveis recontagens de voto ou outras medidas que interfiram no resultado que deu a vitória a Biden.

### **Embraer em queda**

Na Bolsa brasileira, pesaram as divulgações de balanços. No terceiro trimestre, a Embraer apresentou prejuízo líquido de R\$ 649 milhões, menor que as perdas do segundo trimestre. Nesta sessão, as ações fecharam com perdas de 1,21%.

A projeção é de retomada da rentabilidade ao longo de 2021, mas crescimento de receita apenas a partir de 2022. A estimativa, porém, pode ser afetada a depender da segunda onda da Covid-19 no mundo.

Na outra ponta, o frigorífico BRF avançou 5,95%. No terceiro trimestre, a empresa teve lucro líquido de R\$ 218,7 milhões, queda de 50% frente ao mesmo período de 2019. Mas ficou acima das projeções de analistas, que eram de um ganho de R\$ 203 milhões.

Mas uma das principais contribuições para a alta do Ibovespa foi da Petrobras. Os papéis ordinários (ON, com direito a voto) e os preferenciais (PN, sem voto) da estatal avançaram, respectivamente, 7,95% e 6,8%. Os ganhos foram puxados pela alta do petróleo no exterior.

O barril do tipo Brent (referência internacional) subiu 3,77%, a US\$ 44. A perspectiva é que, com o avanço da vacina, haja uma retomada dos fluxos globais de comércio, o que aumentaria a demanda pela commodity.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 10/11/2020*

## **QUESTIONADO SOBRE REFORMA TRIBUTÁRIA, BOLSONARO DIZ QUE ‘NÃO TEM AUMENTO DE IMPOSTO NO GOVERNO’**

Reforma tributária está com tramitação parada no Congresso

*Por Gabriel Shinohara, Gustavo Maia e Daniel Gullino*

BRASÍLIA — Durante evento para o lançamento do programa para a retomada do turismo no Brasil nesta terça-feira, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que não haverá aumento de imposto no governo.

A fala do presidente aconteceu de improviso depois que Marco Ferraz, um representante do setor de turismo, reclamou da reforma tributária que está em tramitação no Congresso Nacional. No púlpito, Ferraz disse que a reforma tributária aumentaria em 200% os impostos sobre o setor.

— Uma preocupação nossa de todo nosso setor com relação a reforma tributária, do jeito que está no Congresso aumenta em 200% os impostos do turismo. Em um momento tão difícil como a gente está agora, tem 200% de aumento vai ser muito desafiador pra gente.

Ao voltar para a sua cadeira, Ferraz foi interceptado pelo presidente, com quem trocou algumas palavras, que logo foram seguidas de um pronunciamento de Bolsonaro fora do microfone:

— Não tem aumento de imposto no governo.

O setor de serviços já vinha reclamando que a proposta que unifica impostos traria um aumento da carga tributária. Um dos textos que está sendo discutido no Congresso cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que unificaria o PIS, Cofins, IPI (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Há um impasse entre o governo e o Congresso sobre a tramitação da reforma tributária. Em julho, o Executivo encaminhou ao Congresso a primeira fase da proposta da equipe econômica, que consiste na unificação do PIS e da Cofins em um novo tributo, batizado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Já no Congresso, o Senado tem uma proposta e a Câmara tem outra.

Enquanto isso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, continua defendendo um imposto sobre transações digitais. A ideia era usar a arrecadação desse imposto para desonerar a folha de pagamento das empresas. Ele chegou a defender o tributo e dizer que ele não existia no mesmo dia.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 10/11/2020*

## **SEM RECONHECER VITÓRIA DE BIDEN, GUEDES DESCARTA AUMENTO DE PRESSÕES NA ÁREA AMBIENTAL COM DEMOCRATA NO COMANDO DOS EUA**

Ministro foi questionado sobre troca de comando em evento de agência internacional e disse que governo não queimou a Amazônia

*Por Marcello Corrêa e Manoel Ventura*



[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24735326-e20-cfc/FT1086A/652/x90407157\\_Democratic-2020-US-presidential-nominee-Joe-Biden-speaks-at-his-election-rally-after-the-ne.jpg.pagespeed.ic.Op5XGgZYLt.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24735326-e20-cfc/FT1086A/652/x90407157_Democratic-2020-US-presidential-nominee-Joe-Biden-speaks-at-his-election-rally-after-the-ne.jpg.pagespeed.ic.Op5XGgZYLt.jpg)

*Paulo Guedes afasta possibilidade de que a prioridade à proteção da Amazônia dada por Joe Biden afete a relação entre brasileiros e americanos Foto: Jim Bourg / Reuters*

BRASÍLIA - O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta terça-feira que o governo não é responsável por incêndios na Amazônia e afastou a possibilidade de que a prioridade à proteção da Amazônia dada pelo presidente eleito dos EUA, Joe Biden, afete a relação entre brasileiros e americanos.

Segundo Guedes, há uma "narrativa política" que afeta a imagem do Brasil no exterior, em relação à proteção da Amazônia.

— Tem muita narrativa política. Afinal, estamos só há um ano e meio no governo. Não queimamos a Amazônia. Provavelmente, ela tem sido queimada há 30 anos, antes de chegarmos aqui — disse o ministro, durante evento internacional promovido pela agência Bloomberg.

Questionado sobre a chance de que as pressões sobre o Brasil na área ambiental aumentarem com a eleição de Biden, o ministro afirmou que o relacionamento entre os dois países não será afetado por uma questão de "personalidade":

— Não é uma personalidade aqui ou uma personalidade ali que deveria afetar essa relação de democracias liberais se movendo ao longo do tempo.

Assim como o presidente Jair Bolsonaro, Guedes se referiu às eleições americanas como um processo indefinido, em uma posição alinhada com a do atual presidente Donald Trump, que questiona judicialmente o resultado das urnas. Segundo o ministro, as opiniões de Bolsonaro devem ser respeitadas, assim como as de Biden.

— Se o Biden teve um pouco mais de 70 milhões, nosso presidente teve 60 milhões. Isso significa que o seu ponto de vista deve ser respeitado, assim como o de Biden, caso ele eventualmente seja confirmado, seus pontos de vista devem ser completamente respeitados também — afirmou.

O GLOBO RECOMENDA

Fonte : *O Globo - RJ*

Data : 10/11/2020

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### 'SE CONFIRMADA ELEIÇÃO DE BIDEN, NÃO DEVEMOS TER PROBLEMA ALGUM', AFIRMA GUEDES

Ministro da Economia disse que 'não é uma personalidade aqui ou nos EUA que vai afetar a relação entre os países'; o governo brasileiro ainda não fez nenhum comentário oficial sobre o resultado das eleições americanas

Por *Eduardo Rodrigues e Thaís Barcellos, O Estado de S.Paulo*



Foto: *Gabriela Biló/Estadão*

BRASÍLIA e SÃO PAULO - Embora o governo brasileiro até agora não tenha feito nenhum comentário oficial sobre a eleição de Joe Biden para a presidência dos Estados Unidos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta terça-feira, 10, não esperar problemas com o novo governo americano - ao ser questionado sobre o assunto em evento internacional.

<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/3/7/1603209649773.jpg>

*Paulo Guedes, ministro da Economia de Jair Bolsonaro*

Após ser perguntado se a relação próxima entre os presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump pode afetar as relações com o futuro governo Biden, Guedes afirmou que Brasil e os EUA são duas democracias liberais e citou os quase 60 milhões de votos recebidos por Bolsonaro na eleição de 2018.

“As visões de Bolsonaro devem ser respeitadas assim como as de Biden. Se confirmada a eleição de Biden, não devemos ter problema algum. Não é uma personalidade aqui ou nos EUA que vai afetar a relação entre os países”, respondeu, em participação virtual no Bloomberg Emerging + Frontier Forum 2020.

Mais uma vez questionado sobre a política ambiental do governo Bolsonaro e como ela pode ser atacada por um governo do partido Democrata nos EUA, Guedes repetiu o argumento de que os críticos da atuação brasileira estariam “desinformados”.

“Quando falamos da Amazônia, falamos de soberania nacional. Há muito tráfico ilegal de drogas, armamentos e desmatamento ilegal, e é claro que nós somos contra isso. Mas precisamos de ajuda para preservar a floresta adequadamente”, reiterou.

## **Rede 5G**

O ministro disse ainda que o Brasil não tem uma decisão tomada sobre o veto ou a liberação de tecnologia chinesa nas redes de 5G, cujo leilão de espectro é esperado para 2021. Ele admitiu, porém, que o governo leva em consideração os alertas de países como os Estados Unidos e o Reino Unido, que barraram empresas como a Huawei na tecnologia de telefonia e internet móvel de quinta geração.

"O Reino Unido impediu os chineses no centro do sistema de 5G, mas permitiu que as empresas chinesas atuassem na periferia das redes. Estávamos indo nessa direção antes da pandemia. Não queremos perder a revolução digital, mas há esses alertas geopolíticos. No momento, o Brasil ainda estamos analisando e estudando essa questão", afirmou.

O governo Trump fez pressão direta sobre as autoridades brasileiras pela proibição total à participação dos chineses na instalação da rede 5G no Brasil, alegando que falhas na segurança de dados poderiam abrir portas a espionagem pelo país asiático, que nega essas acusações. "Sempre dissemos que iríamos dançar com todo mundo. Os EUA e a China sempre dançaram juntos e agora brigaram. Eles podem brigar entre si, mas vamos dançar com todos", completou Guedes.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 10/11/2020*

## **PETROBRAS REGISTRA RECORDE NAS VENDAS DE DIESEL S-10 PELO SEGUNDO MÊS SEGUIDO**

*Por Beth Moreira - São Paulo*

A Petrobras bateu pelo segundo mês consecutivo o recorde de vendas de diesel S-10. Em outubro, informa a estatal, comercializou 2,01 milhões m<sup>3</sup>, 4,8% acima do recorde anterior, em setembro desse ano, quando as vendas atingiram 1,91 milhão m<sup>3</sup>.

Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa destaca que também em outubro, registrou vendas totais de diesel na ordem de 4,0 milhões m<sup>3</sup>, representando um crescimento de 6,3% quando comparado ao mesmo período de 2019.

"O recorde das vendas do Diesel S-10 e o crescimento das vendas totais de Diesel refletem as ações comerciais implementadas pela companhia com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia da covid-19 sobre a demanda de combustíveis e os esforços bem-sucedidos de ampliar a oferta do produto com menor teor de enxofre, em substituição ao Diesel S-500", ressalta.

Em outubro, as vendas de asfalto da Petrobras também foram recordes, atingindo 265 mil toneladas, o maior volume mensal desde novembro de 2014.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 10/11/2020*

## **GOVERNO BOLSONARO SE APROXIMA DE PROPOSTA TECNOLÓGICA DOS EUA CONTRA O 5G CHINÊS**

Anúncio da adesão ao programa 'Rede Limpa' ocorreu nesta terça-feira; programa do governo Trump quer convencer países a banir de suas redes de telecomunicações 'fornecedores não confiáveis'

*Por Felipe Frazão e Bia Bulla, correspondente, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA e WASHINGTON - O governo Jair Bolsonaro deu um passo crucial nesta terça-feira, dia 10, ao aderir a um acordo tecnológico com os Estados Unidos, com efeito direto na possibilidade de o Brasil aderir aos sistemas de quinta geração (5G) da China.

Após uma cerimônia no Itamaraty com o secretário de Crescimento Econômico, Energia e Meio Ambiente do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Keith Krach, e o secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas, embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, o



governo brasileiro declarou apoio à iniciativa “Clean Network” (Rede Limpa, em português), lançada pelo governo Donald Trump.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/3/4/1605050651643.jpg>

*Keith Krach, secretário de Crescimento Econômico, Energia e Meio Ambiente do Departamento de Estado dos EUA. Foto: Leonardo Hladczuk/MRE*

O programa Rede Limpa é uma iniciativa diplomática dos EUA para convencer países a banir de suas redes de telecomunicações “fornecedores não confiáveis”. O programa de Trump é definido como uma abordagem abrangente para proteger a privacidade de cidadãos e informações sensíveis de empresas de invasões agressivas de “atores malignos como o Partido Comunista Chinês (PCC)”.

“O Brasil apoia os princípios contidos na proposta do Clean Network feita pelos Estados Unidos, inclusive na Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), destinados a promover no contexto do 5G e outras novas tecnologias um ambiente seguro, transparente e compatível com os valores democráticos e liberdades fundamentais”, disse o embaixador Costa e Silva.

O anúncio pode não ter oficializado a negociação com sistemas americanos, mas torna muito distante a possibilidade de o Brasil firmar uma parceria com a Huawei em relação ao 5G. A decisão foi comemorada pelos americanos. “O Brasil é o primeiro país da América Latina a respaldar os princípios da Rede Limpa”, celebrou Krach. Segundo ele, 31 dos 37 países da OCDE já fazem parte do programa.

### **Disputa**

O Brasil é um dos palcos mundiais da disputa entre China e EUA pela liderança na tecnologia de última geração, com um leilão do 5G agendado para 2021. A chinesa Huawei é líder em fornecimento de aparelhos para rede 5G e outros de telecomunicações no Brasil e no mundo. A empresa sofre ofensiva dos EUA que acusam a companhia de permitir brechas nas redes para espionagem e controle por parte do governo do Partido Comunista Chinês.

Representantes da diplomacia americana e brasileira também reforçaram o lançamento do diálogo trilateral Japão-Estados Unidos-Brasil (JUSBE), em mais uma afronta geopolítica à China. Segundo Krach, os países firmaram três princípios na coalização: fortalecer a colaboração política em questões regionais, partilha de segurança econômica e governança democrática. “Japão, Estados Unidos e Brasil expressam compromisso para assegurar redes de 5G resilientes e seguras”, disse Krach.

O secretário de Estado americano, Mike Pompeo, já tinha afirmado nesta terça-feira que recebeu notícias de que o Brasil apoiaria os princípios do plano do governo dos Estados Unidos sobre redes 5G. Pompeo conversou com o subsecretário de Crescimento Econômico, Energia e Meio Ambiente do Departamento de Estado americano, Keith Krach. “Tive notícias dele nas últimas horas de que o governo brasileiro apoia os princípios do Clean Network e estou confiante de que vamos assinar um memorando de entendimento no futuro próximo. Quero agradecer o Brasil e seus líderes por fazerem isso”, afirmou o secretário de Estado.

Pela manhã, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o Brasil ainda não tinha uma decisão tomada sobre o veto ou a liberação de tecnologia chinesa nas redes de 5G, cujo leilão de espectro é esperado para 2021. Ele admitiu, porém, que o governo leva em consideração os alertas de países como os Estados Unidos e o Reino Unido, que barraram empresas como a Huawei na tecnologia de telefonia e internet móvel de quinta geração.

“O Reino Unido impediu os chineses no centro do sistema de 5G, mas permitiu que as empresas chinesas atuassem na periferia das redes. Estávamos indo nessa direção antes da pandemia.

Não queremos perder a revolução digital, mas há essas alertas geopolíticas. No momento, ainda estamos analisando e estudando essa questão”, afirmou, em participação virtual no Bloomberg Emerging + Frontier Forum 2020.

### **Pressão**

O governo do presidente Donald Trump chegou a fazer pressão direta sobre as autoridades brasileiras pela proibição total à participação dos chineses, alegando falhas na segurança de dados que poderia abrir portas a espionagem pelo país asiático, que nega essas acusações.

No âmbito das relações bilaterais, os governos também lançaram um “Diálogo Ambiental”, tema rebaixado nas agendas dos presidentes Trump e Bolsonaro, mas prioritário para Joe Biden. O objetivo é identificar possibilidades de cooperação para bem-estar de comunidades indígenas, promoção de bioeconomia, saneamento básico e combate à extrativismo ilegal de madeira.

Conforme o Itamaraty, o governo brasileiro estuda a possibilidade de cooperar com o programa espacial Artemis, da Nasa. Não há ainda definição do papel do País. Prevista para 2024, a missão tripulada à Lua deve ser a primeira a levar uma mulher astronauta.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 10/11/2020*

## **PUXADA PELA SOJA, SAFRA DE 2021 DEVE REGISTRAR MAIS UM RECORDE DE PRODUÇÃO**

Projeção do IBGE é de colheita de 253,2 milhões de toneladas; safra maior de soja vai consolidar o Brasil como o maior produtor global do grão

*Por Vinicius Neder, O Estado de S.Paulo*

RIO - Puxada mais uma vez pela soja, a safra de grãos de 2021 deverá registrar mais um recorde, conforme estimativas tanto do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quanto da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Para o IBGE, que divulgou nesta terça-feira, 10, seu primeiro prognóstico para o ano que vem, a produção agrícola deverá somar 253,2 milhões de toneladas, 0,5% acima de 2020. A Conab, que divulgou sua segunda estimativa para a safra 2020/21, a produção total deverá somar 268,94 milhões de toneladas, 4,6% acima da temporada de 2019/2020.

Com a colheita deste ano praticamente terminada, o IBGE manteve a projeção para a safra de 2020 em 252 milhões de toneladas, resultado 4,4% maior do que a de 2019, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de outubro. É a maior quantidade já contabilizada pelo instituto, cuja série histórica para a produção agrícola começou em 1975 - quando a colheita total somou 39,4 milhões de toneladas, um terço da produção nacional de soja nos dias de hoje.

Encerrada ainda no primeiro semestre, a safra de soja de 2020 colheu 121,5 milhões de toneladas, uma alta de 7,1% em relação a 2019. No primeiro Prognóstico para a Safra Agrícola de 2021 do IBGE, divulgado com a LSPA de outubro, a estimativa para a produção de soja, cuja safra já foi plantada, é de 127,1 milhões de toneladas, 4,6% acima de 2020, registrando mais um recorde e consolidando o Brasil como maior produtor mundial do grão.

O resultado deverá ser obtido com maior produtividade, já que o IBGE estima avanço de apenas 1,2% na área plantada, abaixo da projeção de crescimento para a produção. O cenário é de cotações internacionais em alta, câmbio favorável às exportações e apetite da China pela produção brasileira em alta.

Além disso, parte do prognóstico do IBGE considera um aumento de produtividade por causa da safra do Rio Grande do Sul, explicou o gerente do LSPA, Alfredo Guedes. Apesar do recorde da soja em 2020, o pesquisador lembrou que houve perdas em torno de 10 milhões de toneladas para os produtores gaúchos, por causa de uma severa seca no verão passado. O fenômeno não deverá se repetir no próximo verão.

Com o novo recorde em 2021, o Brasil se consolida como o maior produtor global, já que a safra dos Estados Unidos, que disputa com o País a posição, deverá ficar entre 122 milhões e 125 milhões de toneladas. A safra 2020/21 de soja no Brasil é normalmente comparada com a safra americana que está em fase final de colheita neste momento, antes do inverno no Hemisfério Norte, segundo Guedes.

O recorde na soja será obtido apesar do atraso no plantio. Segundo o pesquisador do IBGE, em Mato Grosso - maior produtor nacional de grãos, que respondeu por 28,9% da safra de 2020 -, onde a soja normalmente é plantada em setembro, chegou a haver de 20 a 30 dias de atraso. Tudo isso porque o período de chuvas deste ano demorou a chegar, num fenômeno que já havia ocorrido na primavera de 2019.

### **Problemas para o plantio de milho**

“A soja, este ano, atrasou mais ainda do que o plantio de 2019/20. Não tivemos chuva e o plantio atrasou bastante. A soja é bem provável que recupere, o problema é o milho de segunda safra e o algodão, que é plantado depois”, afirmou Guedes.

O atraso da soja afetará a produção de milho porque, a segunda safra do cereal - que já foi chamada de “safrinha”, mas hoje responde por 70% da produção anual - é plantada após a colheita da soja. Com o atraso na soja, a janela de plantio do milho de segunda safra fica “encurtada”, explicou Guedes.

Por isso, o IBGE prevê queda de 5,4% na produção do milho de segunda safra em 2021, com 70,2 milhões de toneladas. Para a primeira safra de milho de 2021, o IBGE projeta produção de 27,1 milhões de toneladas, alta de 1,7% ante 2020. Na safra encerrada em 2020, o IBGE projeta uma produção de 74,2 milhões para o milho de segunda safra, conforme o LSPA de outubro. A projeção de outubro ficou 0,4% acima da de setembro. No total, a safra de milho deverá somar 100,9 milhões de toneladas este ano.

Também afetada pelo atraso no plantio da soja, a safra de algodão herbáceo, com 6,2 milhões de toneladas em 2021, deverá registrar um tombo de 11,9% na comparação com a produção de 2020. Até a safra encerrada neste ano, foram três anos seguidos de recordes na produção de algodão, mas a crise associada à pandemia de covid-19 derrubou a demanda, influenciando decisões de plantio por parte dos produtores, segundo o IBGE.

Em 2021, também deverá haver quedas nas produções de arroz e feijão. O feijão deverá apresentar quedas em suas três safras em 2021. A primeira safra, com 1,3 milhão de toneladas, ficará 2,2% abaixo da deste ano. A segunda safra, com 958 mil toneladas, deverá ficar 4,5% abaixo de igual safra deste ano. A maior queda porcentual ficará com a terceira safra de feijão, cujo prognóstico aponta para 560 mil toneladas em 2021, 6,5% abaixo da terceira safra de 2020.

### **Produção menor de arroz**

A produção nacional de arroz, em evidência por causa dos aumentos de preços recentes do produto, deverá recuar 2,4% em 2021, para 10,8 milhões de toneladas. Segundo Guedes, do IBGE, essa queda deverá interferir pouco na inflação. Isso porque, mesmo com a queda, a produção é praticamente equivalente ao consumo doméstico. A dinâmica de preços seguirá, portanto, mais atrelada às cotações do dólar e ao comércio exterior. Ao longo de 2020, a alta do dólar incentivou as exportações de arroz, num ano em que a crise da covid-19 deu algum impulso à demanda interna.

O governo federal chegou a baixar tarifas de importação neste segundo semestre, após o grão ser alçado ao papel de vilão da inflação de alimentos durante a pandemia. O preço médio do arroz ao consumidor já acumula alta de 59,48% em 2020 até outubro, conforme o IPCA, calculado pelo IBGE. No atacado, o arroz beneficiado avançou 25,92% apenas na primeira prévia do IGP-M de novembro, divulgada nesta terça-feira, 10, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

“O câmbio favorece as exportações. Para manter esse arroz aqui dentro, só subindo o preço”, afirmou Guedes, ponderando que, nos últimos anos até 2020, o arroz vinha com preços estáveis, oferecendo pouca rentabilidade aos produtores, o que também sustenta os reajustes recentes.

Com a entrada da nova safra, no início de 2021, o esperado é que os preços, provavelmente, “caiam um pouco”, disse Guedes. “Agora, depois, no decorrer do ano, vamos ter que acompanhar o comportamento dos preços. Os produtores podem continuar exportando e, aí, vamos ter que importar para manter o preço estável”, completou o pesquisador do IBGE.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 10/11/2020*

## **MINISTÉRIO DA ECONOMIA DIZ QUE GOVERNO PRETENDE 'ZERAR O CUSTO BRASIL' EM CINCO ANOS**

Segundo o secretário Carlos da Costa, medidas adotadas pelo governo para melhorar fundamentos macroeconômicos e simplificar processos para empresas já reduziu os custos de produção no País

*Por Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - O secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, disse nesta terça-feira, 10, que o governo espera zerar o custo Brasil num prazo de cinco anos. O custo Brasil é uma medida de quanto é mais caro produzir aqui do que em outros países, em função de ineficiências e outros custos da economia brasileira.

No ano passado, um estudo estimou que as empresas instaladas no Brasil têm custo R\$ 1,5 trilhão superior a uma média de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esse levantamento comparou os custos brasileiros aos do exterior em 12 dimensões, como infraestrutura, tributos, integração com cadeias produtivas globais, capital humano, entre outros.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/7/0/1591065040107.jpg>

*O secretário Carlos da Costa disse que o governo espera zerar o custo Brasil num prazo de cinco anos. Foto: Dida Sampaio/Estadão*

Em congresso promovido pela Alacero, associação que reúne a indústria de aço da América Latina, Costa disse que medidas adotadas pelo governo para melhorar os fundamentos macroeconômicos e também simplificar os processos para as empresas já reduziu esse custo a aproximadamente R\$ 1,2 trilhão. “Queremos baixar (o custo Brasil) à metade do que era nos próximos anos e até zerar em cinco anos”, afirmou o secretário.

Segundo Costa, é importante “garantir que fundamentos do Brasil estejam em ordem” para favorecer a atividade empresarial, sobretudo industrial. No diagnóstico do secretário, a indústria foi alvo de uma “tríplice tragédia” nos últimos anos, com alta de juros, câmbio excessivamente apreciado que “matou” a competitividade do setor e “excessiva voracidade” do setor público, com tributos crescentes.

“Começamos o processo de reindustrialização do País com um ambiente mais adequado e reformas”, afirmou. “Este é um governo que quer tirar o Estado do cangote do empresário. Começamos agenda de produtividade com dois grandes eixos, uma grande melhoria no nosso ambiente de negócios e um trabalho junto às empresas”, disse.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 10/11/2020*

## **ROYALTIES DO PETRÓLEO SE MANTÊM NA CRISE E ELEIÇÃO DE BIDEN DEVE AJUDAR NA ARRECADAÇÃO**

Vitória do democrata pode favorecer o dólar no País e expectativa é que a moeda continue pressionando os royalties, aumentando a arrecadação dos Estados e municípios

*Por Fernanda Nunes, O Estado de S.Paulo*

RIO - A arrecadação de royalties do petróleo se manteve estável neste ano de crise, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Se por um lado a média de produção caiu, assim como a cotação do barril do Brent, utilizado como referência no cálculo da compensação, o câmbio subiu e ajudou os governos a manterem a fonte de receita.

Com a eleição de Joe Biden nos Estados Unidos, a expectativa é que o dólar continue surtindo efeito nos royalties, favorecendo os governos, de acordo com especialista.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/7/7/1604975811277.jpg>

*Em setembro, o total de royalty arrecadado no País foi o mesmo de janeiro, de R\$ 2,14 bilhões. Foto: Sérgio Castro/Estadão*

Essas três variáveis - volume de produção, preço do petróleo no mercado internacional e câmbio - são determinantes no cálculo do royalty. Portanto, ainda que o ambiente na indústria não seja favorável às empresas, é possível que paguem mais aos governos pela exploração dos recursos naturais em períodos de desvalorização do real.

Em setembro, o total de royalty arrecadado (último mês divulgado pela ANP) foi o mesmo de janeiro, de R\$ 2,14 bilhões. No Estado do Rio de Janeiro, o mais beneficiado no País, o valor até cresceu, de R\$ 438 milhões no início do ano para R\$ 448 milhões. Boa parte desse dinheiro adicional veio do pré-sal, que pagou mais R\$ 5 milhões ao longo de 2020.

Os dados da Petrobrás sobre o comportamento do Brent e do câmbio dão uma indicação dos motivos da manutenção da arrecadação de royalty do petróleo num cenário de crise de demanda e dos preços das commodities.

No primeiro trimestre, no pré-pandemia, a estatal informou ao mercado, em seu balanço financeiro, que havia operado com o dólar a R\$ 4,47 e o Brent a US\$ 50. Já no terceiro trimestre, o câmbio de referência da empresa subiu para R\$ 5,38, enquanto a cotação do barril caiu para US\$ 43. A alta do câmbio foi de 20% e a queda do preço do óleo, de 14%.

Com essa compensação, o pagamento de royalty pela estatal quase não variou no período, tendo passado de R\$ 4,25 bilhões no primeiro trimestre para R\$ 4,88 bilhões no terceiro trimestre.

"Apesar da queda do preço do petróleo, os municípios e Estados produtores se beneficiaram da desvalorização cambial na pandemia. Com a eleição de Biden nos Estados Unidos, esse cenário de instabilidade cambial pode se agravar, dado o alinhamento automático do governo Bolsonaro a Trump, e pode acabar favorecendo municípios e Estados arrecadadores até o fim do ano", afirmou o coordenador técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), Rodrigo Leão.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 10/11/2020*

## **COM BIDEN, SETORES DE ALUMÍNIO E AÇO ESPERAM CORTE DE TARIFAS EM EXPORTAÇÕES**

Eleição de Biden animou os produtores daqueles que são os dois itens brasileiros mais barrados pela administração Trump: o aço e o alumínio

*Por Lorena Rodrigues*

A eleição de Joe Biden à Presidência dos Estados Unidos animou os produtores daqueles que são os dois itens brasileiros mais barrados pela administração Donald Trump: o aço e o alumínio. Eles esperam uma mudança de rumos nas relações bilaterais com a chegada do democrata ao poder. A expectativa das duas indústrias é que as barreiras impostas por Trump sejam retiradas já no início do governo Biden.

Essa previsão encontra eco junto a assessores e conselheiros do presidente eleito, que confirmam que Biden estuda rever o aumento de tarifas determinado por Trump, segundo informação publicada pelo The Wall Street Journal.

Atingidos colateralmente pela guerra travada entre o presidente americano e o governo da China, os dois setores viram suas exportações para os EUA serem sobretaxadas em até 130% desde 2018. Mesmo a propalada amizade do presidente brasileiro Jair Bolsonaro com Trump não foi suficiente para reverter a aplicação das tarifas, fazendo com que os embarques encolhessem 56% neste ano, no caso do alumínio, e 31%, em relação ao aço.

Apesar de os democratas serem historicamente considerados mais protecionistas, o governo Trump foi o mais duro da história em termos de barreiras comerciais no caso do aço e do alumínio. “A eleição de Biden é positiva para o alumínio brasileiro, até porque é difícil pensar em alguma coisa mais negativa do que a situação atual. Você tende a ter uma relação mais previsível, dentro das normas das organizações mundiais de comércio”, afirmou o presidente da Associação Brasileira de Alumínio (Abal), Milton Rego.

Em 2018, Trump alegou que a indústria americana vinha sendo prejudicada pelos preços do aço e alumínio praticados por outros países, principalmente a China. Decidiu, então, aplicar sobretaxas para todos os países. Após nas pesquisas eleitorais desde agosto, Trump ainda tratou de endurecer as barreiras comerciais mais uma vez neste ano, em uma tentativa de acenar para a indústria nacional.

Após negociações com o governo dos EUA, o setor do aço conseguiu, ainda em 2018, uma cota livre da sobretarifa – o que ultrapassasse a cota estabelecida trimestralmente, seria taxado em 25%. Essa cota vinha sendo praticada até agosto deste ano, mas foi reduzida no último trimestre, em meio à campanha eleitoral, de 350 mil para 60 mil toneladas.

“Pensamos em, já na transição, montar uma nova missão para levar ao governo que está sendo montado a posição de que o Brasil é um parceiro comercial importante. A expectativa é que consigamos reverter isso e o Brasil fique fora das restrições do mercado americano”, afirma o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo Lopes.

#### Alumínio

O caso do alumínio não é diferente. As vendas para os Estados Unidos foram sobretaxadas em 10% há dois anos – a tarifa adicional foi anunciada para vários países, incluindo China. Em setembro passado, Trump determinou ainda a aplicação de uma tarifa adicional de 50% a 130% sobre chapas de alumínio. “Hoje, não dá para exportar. Ninguém consegue vender com uma tarifa dessas”, afirmou Rego, da Abal.

A sobretaxa de até 130% está prevista para ser aplicada até abril do ano que vem, quando se encerra uma investigação das autoridades americanas, que apura se há subsídios e irregularidades envolvendo a indústria de alumínio nos países exportadores, incluindo o Brasil.

Com a eleição de Biden, o setor também fala em retomar as negociações com autoridades dos EUA para discutir a tarifa de 10% que vinha sendo adotada até setembro.

Procurado, o Ministério da Economia afirmou que “o governo brasileiro segue trabalhando em colaboração com os exportadores brasileiros e com a associação setorial, por meio do sistema de apoio ao exportador do Ministério da Economia e do Ministério das Relações Exteriores, para buscar defender os interesses de exportação do Brasil e para acompanhar a adequação da investigação conduzida pelos EUA às regras multilaterais”.

Para além da retirada das barreiras comerciais, Rego vê uma segunda oportunidade para o alumínio brasileiro com a eleição de Biden: as promessas de uma economia mais sustentável.

Ele afirma que a tentativa de reduzir a emissão de carbono do país deverá levar ao aumento no consumo de alumínio, que é utilizado em indústrias como energia fotovoltaica. Além disso, ao ser



usado na fabricação de carros, por exemplo, torna o veículo mais leve e mais eficiente do ponto de vista do consumo energético.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 10/11/2020

ECONÔMICO  
**Valor**

Informação que vira dinheiro.

**VALOR ECONÔMICO (SP)**

## **EDITAIS DE BR-153 E BR-163 DEVEM SAIR EM DEZEMBRO; DA BR-381/262, INÍCIO DE 2021**

Estimativa é de R\$ 21 bi de investimento só nessas três rodovias, apontou secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério de Infraestrutura

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo

O governo federal prevê lançar em dezembro dois editais de concessões rodoviárias: da BR-153, entre Goiás e Tocantins, e da BR-163, entre Mato Grosso e Pará. No início de 2021, a projeção é lançar o edital da BR-381/262, entre Minas Gerais e Espírito Santo.

“É um pipeline extenso, profundo. Estamos falando de R\$ 21 bilhões de Capex [investimento] só nessas três rodovias”, disse Natália Marcassa, secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério de Infraestrutura, em evento da Fitch Ratings.

“Na sequência, começaremos com [a licitação da] Dutra, que está em análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU)”, afirmou.

Além disso, há previsão de abrir novas audiências públicas nos próximos meses. A previsão é, até o fim de novembro, lançar as audiências da Nova Rio Teresópolis. Em dezembro, deverá ser lançada a audiência pública de 4.000 quilômetros de rodovias no Paraná. “Estruturamos esses projetos e vamos discutir”, disse Marcassa.



Em paralelo, o ministério também está estruturando, junto ao BNDES, concessões de mais 6.000 km de rodovias.

[https://s2.glbimg.com/o2aRqhA2xgTZeGZqroAb6QftrH4=/0x0:2322x1589/984x0/smart/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2019/4/R/g2CO72TXaWNM6IC9HKFg/foto19bra-101-relici-a10.jpg](https://s2.glbimg.com/o2aRqhA2xgTZeGZqroAb6QftrH4=/0x0:2322x1589/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/4/R/g2CO72TXaWNM6IC9HKFg/foto19bra-101-relici-a10.jpg)

— Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

Além do desafio de fazer a estruturação de todos esses projetos, a equipe também tem a preocupação de não sobrecarregar o mercado com leilões e garantir que haverá interesse em todas as concessões.

“Nosso primeiro desafio é estruturar bem projetos. Nosso segundo desafio para rodovias é conseguir encaixar esses projetos no apetite do mercado, porque vão ser mais ou menos R\$ 100 bilhões até 2022 só de rodovias. Então é muito profundo. A gente vê profundidade dos fundos de investimento, do mercado de capitais, apetite de bancos de fomento e comerciais. Mas a gente vai ter que casar tudo isso, ter uma boa estrutura de distribuição de investimentos para que sejam financiáveis e conseguir ter players para toda a carteira”, disse Marcassa.

Efeitos da pandemia

O Ministério de Infraestrutura não prevê um impacto de longo prazo no setor rodoviário provocado pela atual pandemia, segundo a secretária. “No setor aéreo, prevemos uma alteração estrutural, principalmente na viagem corporativa, que não é o que projetamos para o segmento rodoviário”, disse.

A percepção é que o setor de rodovias tem uma maior estabilidade, por conta do agronegócio. “As projeções são muito ancoradas na receita de carga, que tem resiliência”, afirma.

No caso de rodovias em que hoje não há cobrança de pedágio e que há um tráfego relevante de veículos leves (mais afetado pela pandemia), a equipe criou um mecanismo de compartilhamento de riscos com o setor privado nos cinco primeiros anos de contrato, como uma forma de dar maior segurança aos investidores para entrar nos próximos projetos.

“Não estamos visualizando afastamento de investidores”, avalia Marcassa. Ela destaca também que, no caso de novas concessões, a cobrança de pedágio não é feita imediatamente. Como a cobrança nessas vias deverá começar a ser feita a partir de meados de 2022, a expectativa é que até lá o risco [relativo à pandemia] seja menor.

### **Rodovias do Litoral Paulista**

O governo paulista e a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) planejam publicar o edital do Lote Rodovias do Litoral Paulista até janeiro de 2021, afirmou Renata Dantas, diretora de assuntos institucionais do órgão regulador, no mesmo evento.

“Depois dessa concessão, os projetos do que seria a quinta rodada compreenderiam concessões que vencerão no Noroeste Paulista - claro, se houver renovação não entrariam”, disse ela.

Nesse pacote estariam contempladas concessões como Triângulo do Sol, Renovias, Tebe, entre outras.

“Vamos começar a estudar o que há de necessidade de investimento naquela região para os lotes. Mesmo que seja o caso de uma renovação [das concessões existentes], será aproveitada para uma renegociação de contrato”, afirmou.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 10/11/2020*

## **EQUINOR CONTRATA EMPRESAS PARA PERFURAÇÃO E SERVIÇOS NO CAMPO NA BACIA DE SANTOS**

A petroleira com origem na Noruega fechou três contratos no valor total de US\$ 455 milhões com a Baker Hughes, Halliburton e Schlumberger

*Por Gabriela Ruddy, Valor — Rio*



[https://s2.glbimg.com/Zb9P2LBvwwj5ILbBqWIDXuxpSsQ=/0x0:1024x576/984x0/smart/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2020/w/j/rD0QAeRRuMWvCKDm3g9A/equinor.jpg](https://s2.glbimg.com/Zb9P2LBvwwj5ILbBqWIDXuxpSsQ=/0x0:1024x576/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/w/j/rD0QAeRRuMWvCKDm3g9A/equinor.jpg)

— Foto: Divulgação

A Equinor, petroleira com origem na Noruega, fechou três contratos no valor total de US\$ 455 milhões com a Baker Hughes, Halliburton e Schlumberger para a perfuração e serviços de

poços no campo de Bacalhau, na Bacia de Santos (SP).

O escopo do contrato concedido à Baker Hughes cobre serviços de perfuração e completção, enquanto a Halliburton fará serviços de intervenção e suspensor de revestimento, e a Schlumberger fornecerá serviços de perfilagem.

De acordo com a petroleira norueguesa, o conteúdo local médio dos três contratos é estimado em 74%, considerando que a maioria dos serviços será realizada no Brasil. Os acordos têm um prazo firme de quatro anos e podem ser prorrogados até duas vezes por mais dois anos.

“Junto com nossos parceiros, estamos atualmente amadurecendo o projeto em direção a uma decisão final de investimento que está planejada para 2021”, disse o vice-presidente sênior em exercício para desenvolvimento de projetos na Equinor, Trond Bokn, em nota.

No início do ano, a companhia já havia fechado um acordo de “front end engineering and design” com compromissos antecipados e pré-investimentos para o campo com a Modec, incluindo um FPSO e a integração submarina. A expectativa é que a plataforma entre em operação em 2024, com capacidade para produzir 220 mil barris por dia de petróleo.

O campo de Bacalhau foi declarado comercial a partir da descoberta de Carcará, no bloco BM-S-8. A área é operada pela Equinor, com 40% da concessão, em parceria com a norte-americana ExxonMobil (40%), e Petrogal Brasil (20%) e Pré-sal Petróleo (PPSA, que representa os interesses da União no contrato de partilha).

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 10/11/2020*

## **MITSUI CONTRATA BANCO E AVALIA VENDER A FATIA DE 49% NA GASPETRO**

Grupo japonês investiu cerca de R\$ 2 bilhões ao comprar essa participação, no final de 2015, da holding que controla 19 distribuidoras de gás no país

*Por Mônica Scaramuzzo — De São Paulo*

O grupo japonês Mitsui avalia colocar à venda sua participação na Gaspetro, holding com participação em 19 distribuidoras de gás no país, apurou o Valor com três fontes a par do assunto. O conglomerado é dono de 49% da companhia de distribuição de gás canalizado controlada pela Petrobras, com 51% do negócio. A petroleira brasileira está em processo formal de venda do controle da empresa e já recebeu propostas pela sua parte.

A Mitsui tornou-se sócia da Petrobrás no fim de 2015, ao comprar a fatia de 49% do negócio, por quase R\$ 2 bilhões. A gigante japonesa, que já tinha participação direta minoritária relevante em oito distribuidoras estaduais - seis do Nordeste e duas no Sul do país -, mandatou um banco para testar o interesse de potenciais investidores pela sua parte na holding. Duas fontes afirmaram que o banco Morgan Stanley está com a transação. Procurados, o banco e a Mitsui não quiseram comentar o assunto.

Em seu processo de venda de ativos não estratégicos, a Petrobras também decidiu se desfazer de sua fatia na Gaspetro - em julho, a companhia divulgou que estava na fase de receber propostas vinculantes. Com direito de preferência de compra, a Mitsui não teria demonstrado interesse pelo negócio, segundo uma fonte próxima ao assunto.

Antes de optar pela venda de sua fatia de controle na Gaspetro, a estatal avaliou fazer abertura de capital, assim como fez na BR Distribuidora, líder na distribuição de combustíveis, mas teria encontrado resistência de seu sócio japonês. “A Mitsui é um acionista passivo e deixa as decisões para o controlador. Com a decisão da Petrobras de sair do negócio, há uma preocupação do grupo em saber quem vai assumir o controle”, disse uma pessoa familiarizada com o tema.

A possível venda da participação da Mitsui vai ocorrer em processo separado ao da Petrobras, de acordo com essa fonte. A vantagem é que o grupo japonês encontraria menos entraves burocráticos que a petroleira enfrenta, uma vez que a venda de ativos da estatal brasileira tem de seguir um rito, como a aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU), por exemplo. A estatal também

O grupo Cosan, de Rubens Ometto Silveira de Mello, é apontado pelo mercado como o principal interessado na participação da Petrobras na Gaspetro. Antes de comprar a Comgás, maior distribuidora de gás canalizado do país, com atuação em São Paulo, a companhia do empresário

já tinha avaliado proposta para a compra da Gas Brasileiro, que também atua no estado, e é 100% controlada pela Petrobras.

No dia 26 de outubro, a Compass, empresa de energia e logística do grupo Cosan, anunciou ao mercado que o seu conselho de administração tinha aprovado a apresentação da proposta para a aquisição de 51% da Gaspetro. Fontes ligadas à Petrobras afirmaram que a empresa atraiu outros interessados.

Com a contratação de um banco por parte da Mitsui, o processo de venda da fatia da Gaspetro também gera incertezas. Pelos trâmites da Petrobras, a companhia ainda tem de definir qual a melhor proposta que recebeu e começar as discussões de contratos. O processo, se for levado adiante, ocorreria a longo de 2021, segundo pessoas próximas ao assunto. A estatal não descarta vender sua fatia nas 19 distribuidoras. Também procurada pela reportagem, a Petrobras não quis comentar.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 10/11/2020*

## **KAROON FECHA CONTRATO PARA FRETAMENTO DO FPSO CIDADE DE ITAJAÍ PARA O CAMPO DE BAÚNA**

A companhia australiana finalizou a aquisição do campo da Petrobras na semana passada, como parte do projeto de desinvestimentos da estatal

*Por Gabriela Ruddy, Valor — Rio*

A petroleira australiana Karoon fechou contrato com a Altera&Ocyan para o fretamento e operação do FPSO Cidade de Itajaí. A plataforma atuará no campo de Baúna, no sudeste da Bacia de Santos.

A companhia finalizou a aquisição do campo da Petrobras na semana passada, como parte do projeto de desinvestimentos da estatal. O FPSO Cidade de Itajaí já atua em Baúna desde 2013 e, com o novo acordo, continuará a operação até pelo menos fevereiro de 2026, com a opção de renovação do contrato até 2028.

O FPSO atua em lâmina d'água de até 1.000 metros de profundidade, com capacidade para produzir 80 mil barris de petróleo diários e comprimir e injetar 2 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

A produção média de Baúna de janeiro a setembro de 2020 foi de aproximadamente 16 mil barris de óleo por dia e 104 mil m<sup>3</sup> por dia de gás.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 10/11/2020*

# **FOLHA DE S.PAULO**

## **FOLHA DE SÃO PAULO - SP**

### **POLÍTICA DE BIDEN PODE COLOCAR AGRO BRASILEIRO EM SITUAÇÃO DESVANTAJOSA**

A política de negócios adotada por Donald Trump prejudicou a agropecuária dos EUA e favoreceu a do Brasil. O novo presidente, Joe Biden, não vai alterar esse jogo de imediato, mas promete fazer algo que deve preocupar muito os agricultores brasileiros.

Segundo ele, a política comercial deve começar em casa, com uma garantia de segurança alimentar. Os acordos virão depois. O novo presidente promete, no entanto, enormes investimentos em infraestrutura, contemplando ferrovias, rodovias e banda larga.

Esses são exatamente os gargalos do agronegócio do Brasil. Os brasileiros, embora apresentem uma evolução produtiva ano a ano, não têm muito fôlego para competir com outros grandes produtores mundiais, como Estados Unidos e Argentina, nesse campo de custos logísticos.

A distância ficará ainda maior. O setor não está sentindo os efeitos dessa ineficiência por ora porque a economia vai mal, e isso se reflete no dólar, extremamente favorável às exportações do agronegócio brasileiro.

Os custos de produção, no entanto, vêm subindo, e, quando preços e demanda externos se equilibrarem, o país vai sentir mais essa deficiência competitiva. Se cumprir a promessa de campanha de proteger o futuro econômico dos Estados Unidos, Biden vai colocar o Brasil em situação ainda mais delicada quando se trata de custos de produção e de renda na agropecuária.

?Brasil e Estados Unidos são competidores vorazes em praticamente todos os produtos agrícolas. O comércio bilateral entre os dois nesse setor é muito pequeno. A atuação americana no comércio exterior, porém, afeta muito o Brasil.

Trump queimou pontes e reduziu canais importantes de exportação em seu governo. À exceção do norte da África, uma região de menor importância no comércio mundial agrícola, os Estados Unidos perderam espaço em todos os demais continentes durante a administração Trump.

Em boa parte dessas regiões, houve um avanço da participação dos brasileiros. Um dos primeiros atos de Trump foi sair do acordo Transpacífico (TPP), o que lhe garantiria um mercado de 11 países com intensa demanda por produtos agropecuários com taxas zeradas ou reduzidas.

O Brasil, devido a essa ausência dos EUA, avançou nesse mercado, principalmente nos países asiáticos. O país se aproveitou também da guerra comercial dos EUA com a China e poderá ainda ter vantagens a curto prazo.

Os chineses vão pedir uma revisão do acordo assinado em janeiro, mas Biden seguramente será cauteloso. Apesar de não ser favorável às medidas de Trump, ceder neste momento pode significar sinal de fraqueza, diante da China, e irritar ainda mais os produtores adeptos dessa guerra, em geral admiradores de Trump.

Seguramente a nova política agrícola do governo Biden terá como foco uma convergência entre agricultura e clima. Para os brasileiros, essa opção tem dois lados. Primeiro, o país vai ter de dar rumos à política ambiental para não ficar isolado. Há uma dificuldade por parte do setor em reconhecer erros e apresentar soluções.

Em segundo lugar, Biden promete liderar a execução de uma economia mundial limpa. Nesse campo, o Brasil tem muito a oferecer, principalmente na produção e exportação de produtos ligados a esse setor, como o etanol.

Trump, à moda brasileira, também fez “a boiada passar” em seu governo na questão ambiental. Privilegiou refinadoras de petróleo, em detrimento do etanol, e flexibilizou controles de agências reguladoras. O novo governo está mais para o etanol do que para o petróleo.

Biden perde, por ora, um aliado importante para levar adiante a sua política agrícola. O democrata Collin Peterson, que esteve à frente do Comitê de Agricultura da Câmara por vários mandatos, não foi reeleito. Pertencente a uma área rural, é profundo conhecedor do setor.

?Esse comitê é responsável pela liberação de vultosas quantias de dólares para subsídio agrícola, seguro e programas de compra de alimentos. Os novos pretendentes ao cargo são da área urbana. O segundo turno da eleição dos dois senadores da Geórgia, um estado agrícola, também será importante para Biden. Ele poderá dar o Senado aos democratas, facilitando as aprovações do governo. Essa definição só ocorrerá em janeiro.

**Fonte: Folha de São Paulo - SP**

**Data : 10/11/2020**



## **AGÊNCIA BRASIL - DF**

### **CONAB PREVÊ PRODUÇÃO RECORDE DE GRÃOS NA SAFRA 2020/21**

O Brasil deverá produzir 268,9 milhões de toneladas de grãos, segundo o 2º Levantamento da safra de grãos 2020/21, divulgado há pouco pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O número supera em 11,9 milhões de toneladas (4,6 %) o que foi produzido na temporada de 2019/2020.

Na comparação com as estimativas apresentadas o volume estimado no mês passado, houve aumento de 269 mil toneladas. Com este resultado, o Brasil caminha para bater novo recorde, após já ter se tornado o maior produtor mundial. Algo que, segundo a Conab, deve se manter na próxima safra, uma vez que a soja praticamente alcançou o nível de plantio da safra passada.

Isso, segundo o gerente de Levantamento e Avaliação de Safra da Conab, Kleverton Santana, mostra a capacidade de plantio do país. “Esse atraso em relação à safra passada foi anulado nessa semana e a gente espera que ultrapasse a semana passada já na semana que vem”, disse ele ao apresentar o levantamento. O aumento da área plantada também deve contribuir para o recorde. A previsão é de que sejam cultivados 67,1 milhões de hectares (número 1,8% maior do que o da safra passada).

A nova estimativa considera a recuperação da produtividade das culturas da soja e do milho primeira safra, severamente prejudicadas pela estiagem em 2019, em especial no Rio Grande do Sul. De acordo com a Conab, a produção de soja deve chegar a 135 milhões de toneladas, em uma área estimada em 38,2 milhões de hectares. A safra total de milho também deverá ser a maior da história, com produção estimada em 104,9 milhões de toneladas, produzidas em uma área total de 18,4 milhões de hectares.

#### **Chuvas**

Apesar do atraso das chuvas neste ano, os produtores aceleraram o ritmo. Até a última sexta-feira, o plantio alcançava 55% da área estimada, contra 56% no mesmo período da safra passada. O milho estava em 54%, contra 42% há um ano; e o plantio do arroz, com 67% até o dia 6, percentual superior aos 53% da safra anterior.

“Tivemos chuvas abaixo da média no momento do plantio. Assusta um pouco essas chuvas abaixo da média ou o atraso das chuvas que aconteceu em setembro/outubro. Mas o problema para culturas como a soja normalmente são quando ocorre veranicos em dezembro ou janeiro, a depender do momento do plantio ou do local do país”, acrescentou Santana.

Segundo ele, nesse momento há ainda possibilidade de recuperação, inclusive em regiões de potencial de produtividade. “As previsões de precipitações são boas para a próxima semana, e isso deve favorecer muito a cultura da soja nessas regiões. A previsão do Instituto Nacional de Meteorologia é de que vem grandes volumes de chuvas consideráveis no país todo, com destaque no corredor do centro-oeste [onde ocorre o fenômeno chamado de rios voadores], passando por Mato Grosso e Goiás até as regiões de café no sul de Minas e norte de São Paulo”.

*Fonte: Agência Brasil - DF*

*Data : 10/11/2020*

**portosenavios**



## **PORTAL PORTOS E NAVIOS**

### **ABTP REALIZA FRENTE DE DIÁLOGOS COM PARLAMENTARES E GOVERNO PELA PRORROGAÇÃO DO REPORTO**

Por *Dérika Virgulino* PORTOS E LOGÍSTICA 10/11/2020 - 21:01



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201008-porto-de-paranagua-foto-claudio-neves.jpg>

**Arquivo**

Incerteza sobre a prorrogação do Reporto tem feito empresas postergarem investimentos no setor portuário.

A prorrogação do Reporto vem encontrando resistência, principalmente do Ministério da Economia que vem afirmando que benefícios tributários voltados a investimentos já serão contemplados na Reforma Tributária. Porém, com a proximidade do fim da vigência do regime, que termina em 31 de dezembro deste ano somado ao fato de que a reforma não deverá ser votada este ano, empresas já estão postergando investimentos no setor portuário.

Diante desse cenário, a Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) vem buscando diversas frentes de diálogos com autoridades com o intuito de alertá-los para a importância da prorrogação do benefício. “A renovação do Reporto é uma questão de soberania nacional”, pontuou o diretor-executivo da ABTP, Jesualdo Silva. O Reporto é um regime tributário especial que desonera a importação de máquinas e equipamentos para os setores portuário e ferroviário.

Silva afirmou que a Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi), do Congresso Nacional entregou para o ministro da Economia, Paulo Guedes, ofício com argumentos das entidades do setor portuário sobre a importância de que o regime seja renovado. Além disso, um novo documento será entregue pela associação ao ministro durante o Encontro Nacional do Comércio Exterior (Enaex) que será realizado esta semana.

Além disso, a ABTP vem conversando com demais parlamentares, por meio de suas assessorias, em especial com o líder do governo na Câmara, o deputado Ricardo Barros (PP/PR). Após as eleições, que será realizado próximo dia 15, a associação já marcou também agenda com o ministro-chefe da Casa Civil, Braga Neto para reforçar o pleito com o governo.

Silva ressaltou que o Reporto tem um impacto de menos de 1% nos gastos tributários do governo e que tem, por outro lado, um grande efeito sobre setor portuário. A proposta da associação é de que o regime seja prorrogado pelo tempo mínimo de dois anos e, caso já esteja contemplando dentro da Reforma Tributária quando for aprovada, que seja cancelada a prorrogação do benefício. “Enquanto a reforma não passar é necessário cobrir esse gap”, disse. Silva.

De acordo com ele, o Reporto é um dos regimes especiais mais antigos, com 16 anos de existência e que, em razão disso e de sua importância para o setor, já deveria estar embutido no plano tributário nacional. Ele afirmou que a incerteza em torno da renovação tem feito empresas adiarem investimentos e que o país esteja perdendo a disputa por investimentos. “Ainda mais agora no momento que o país mais precisa”, lamentou Silva.

**Fonte:** Portal Portos e Navios - RJ

**Data:** 10/11/2020

### **CENTRO-OESTE APOSTA EM DIVERSIFICAÇÃO E AUMENTO DO VALOR AGREGADO DAS CARGAS**

Por *Danilo Oliveira* PORTOS E LOGÍSTICA 10/11/2020 - 20:36

Produtores dos três estados da região acreditam que estratégias individuais, somadas, contribuem para desenvolvimento logístico e multimodalidade.



Produtores do agronegócio da região Centro-Oeste apostam na diversificação de mercado e na busca por maior valor agregado das cargas como forma de contribuir com o desenvolvimento logístico para escoamento da produção. Representantes de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul identificam mais de 100 potenciais novos países que podem fazer comércio com a região, o que pode alavancar o rearranjo logístico e permitir a movimentação de novos produtos.

"O Centro-Oeste tem que buscar a diversificação de sua pauta nos mercados internacionais. Isso já vem ocorrendo", relatou o secretário estadual de meio ambiente, produção e agricultura familiar de Mato Grosso do Sul, Jaime Verruck, durante painel do Centro-Oeste Export, nesta terça-feira (10). Ele citou que 50% de tudo que o Mato Grosso do Sul exporta hoje está calcado no mercado chinês.

Verruck observa que os três estados buscam atrair maior valor agregado para as cargas movimentadas. Segundo o secretário, a industrialização do milho no Mato Grosso é um exemplo de mudança do mercado desse produto no estado. Ele considera que o potencial alavancado no Mato Grosso com milho pode ser inspirador para os demais estados.

O secretário observa, além dos grãos, a estratégia de exportação de mais produtos via contêiner, carga reefer, celulose, dentre outras cargas. A expectativa é que esse aquecimento alavanche os projetos de outros modais. Dentre os projetos de ferrovias, destaque para a Ferronorte e para relicitação da Malha Oeste. Para Verruck, o momento é positivo para se pensar na estruturação da logística e como o Centro-Oeste pode entrar em mercados alternativos.

O presidente da Aprosoja Brasil, Bartolomeu Braz, disse que é preciso melhorar o modelo de ferrovias e de hidrovias a fim de que esses modais possam aumentar a multimodalidade e, conseqüentemente, a competitividade do setor produtivo. Segundo Braz, esse mercado é dinâmico e a industrialização precisa acompanhá-lo.

O secretário de indústria e comércio de Goiás, Adonídio Neto Vieira Junior, avaliou que 2020 está sendo um ano atípico, o que levou os produtores a trabalhar para diminuir a dependência de mercados específicos. Vieira disse que houve uma expansão de países destino das exportações de 156 no ano passado, para 167 em 2020. "Temos características e vocações parecidas e temos tudo para caminhar juntos e atrair empresas para região, gerando concorrência de produtos e novos produtos no exterior", analisou Vieira.

O secretário adjunto de investimento, inovação e sustentabilidade do Mato Grosso, Walter Valverde, acrescentou a necessidade e o desafio de sempre melhorar a imagem das atividades do agronegócio mundo a fora. Para Valverde, o mundo cada vez mais precisa de alimento saudável e sustentável e o setor produtivo trabalha para dar continuidade e fortalecer as ações desenvolvidas.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 10/11/2020**

## **COM PANDEMIA, QUEDA DE MATÉRIA-PRIMA AFETA ESTALEIROS NO PAÍS**

**Por Dérika Virgulino INDÚSTRIA NAVAL 10/11/2020 - 20:14**



[https://cdn-pen.nuneshost.com/images/151118-estaleiro\\_alianca.jpg](https://cdn-pen.nuneshost.com/images/151118-estaleiro_alianca.jpg)

**Arquivo**

*O aço está entre os principais insumos da indústria naval impactados pela pandemia da Covid-19.*

A indústria naval vem sendo impactada de forma significativa pela redução de insumos importados devido à pandemia do novo coronavírus (Covid-19). De acordo com dados levantados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 68% das empresas dos setores de transformação e

extrativista já estão sentindo o impacto da queda de matéria-prima. O levantamento foi feito de 1º a 14 de outubro deste ano.

No setor naval a maior dificuldade tem sido com o aço, material fundamental nessa indústria. De acordo com o diretor do Estaleiro Dock Brasil, Carlos Boeckh, o aço subiu de preço, assim como materiais relacionados à elétrica também aumentaram, pois acompanham o valor do dólar.

O diretor do Estaleiro Rio Maguari, Fabio Vasconcellos, afirmou que o aço plano e o aço longo estão com prazos de entrega de 120 dias, quando o normal era de 45 a 60 dias. Além disso, produtos como cabos elétricos, motores elétricos de pequeno porte, arame de soldagem, tubos e outros insumos e materiais também tem prazo de entrega pelo menos duas vezes maior do que no período de normalidade.

Para tentar driblar a atual situação, Vasconcellos vem procurando negociar com os fornecedores mais tradicionais de longo prazo e avaliando as oportunidades com os novos, inclusive com estrangeiros, enquanto aguarda a volta da normalidade. Ele também espera que haja recuo nas taxas cambiais que irá impactar no recuo dos preços internos dos principais insumos.

O coordenador de comunicação do Estaleiro Enseada, Marcelo Gentil Espinheira também acrescentou à lista de insumos que sofreram queda os itens de tubulação mais nobres e o aço inoxidável. Ele destacou que estes chegaram a ser produzidos no Brasil, mas que atualmente só são encontrados em outros países.

“A Indústria Naval vem sendo severamente afetada já que muitos insumos, como o aço, possuem componentes importados que são extremamente impactados pela alta internacional e também pelo aumento relativo da cotação do Dólar”, disse Espinheira. Em função das dificuldades impostas pela crise atual, o estaleiro vem considerando maiores prazos de entrega e desembaraço aduaneiro para materiais importados.

O Dock Brasil vem melhorando o planejamento para comprar com antecedência buscando preços mais acessíveis e diminuir outros custos relacionados ao reparo e manutenção para não repassar integralmente o aumento dos insumos.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 10/11/2020*

## **APÓS RESOLUÇÃO DO CNIG, ESPECIALISTA DEFENDE LEGISLAÇÃO COM REGRAS PARA MARÍTIMOS**

*Por Dérika Virgulino NAVEGAÇÃO 10/11/2020 - 19:30*

Resolução n. 42 aumenta proporção de brasileiros a bordo de embarcações estrangeiras após 180 dias de operação no país.

As regras do trabalho marítimo sofreram mais uma mudança com a aprovação da Resolução n. 42 do Conselho Nacional de Imigração, que altera a Resolução Normativa (RN 06/2017). Entre as principais mudanças estão as regras de proporcionalidade de marítimos a bordo de embarcações ou plataformas estrangeiras que operam em águas jurisdicionais brasileiras. Após 180 dias de operação, na cabotagem, por exemplo, a embarcação deverá ter metade de brasileiros a bordo, superando o número estabelecido na resolução anterior. Porém, sem uma legislação sobre o tema no Brasil tais mudanças podem acender o alerta dos armadores.

De acordo com a advogada do escritório Piquet, Magaldi e Guedes Advogados, Amanda Seabra, a Resolução n. 42 disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil para atuação como marítimo a bordo de embarcação ou plataforma de bandeira estrangeira. Para a cabotagem, a principal alteração diz respeito aos profissionais a bordo por um prazo superior a 90 dias contínuos.

Neste caso, as embarcações deverão contar com 1/3 de brasileiros nas seções de convés e máquinas e do total dos demais profissionais existentes a bordo da embarcação a partir de 90

dias de operação. Já a partir dos 180 dias deverá contar com metade dos brasileiros e 2/3 quando ultrapassar os 300 dias de operação.

Essa mudança tende a preocupar, sobretudo, os armadores que atuam em águas jurisdicionais brasileiras pela falta de uma legislação no país que especifique a regra do trabalho marítimo nessas condições. O Projeto de Lei (n. 4199/2020), o BR do Mar, estabelece em seu art. 12º que devem ser aplicadas as normas trabalhistas da bandeira da embarcação estrangeira, sendo então observadas as regras internacionais.

Segundo ela, o PL do Ministério da Infraestrutura segue a mesma linha da Convenção do Direito Internacional Privado, com o Código de Bustamante ratificado pelo Brasil por meio do Decreto nº 18.871, de 1929. A norma internacional disciplina o serviço de transporte marítimo de cabotagem aplicando, aos marítimos, as regras trabalhistas vinculadas à bandeira de registro da embarcação.

No entanto, até o momento, a legislação no Brasil não possui regra específica quanto ao tema, o que dar margem a discussões judiciais e insegurança jurídica nas operações. Ela lembrou que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) já se posicionou no sentido de que as regras internacionais promulgadas pelo Brasil possuem prevalência sobre a legislação brasileira, porém, o assunto ainda enfrenta discussões.

O Ministério da Infraestrutura junto com o Ministério Público do Trabalho (MPT) estão buscando melhorar o texto do art. 12º do BR do Mar, para dar maior ênfase ao respeito às normas internacionais e ao fortalecimento das convenções coletivas. Entretanto, Amanda avalia que o importante é que a legislação brasileira estabeleça normas aplicadas aos contratos de trabalho dos tripulantes que operam em embarcações estrangeiras, com o objetivo de oferecer mais segurança jurídica e adequar as regras brasileiras às práticas internacionais.

Outra mudança prevista na Resolução n. 42 foi a aplicação da regra da cabotagem sobre proporcionalidade para o apoio marítimo. Amanda explicou que, neste caso, o cálculo de marítimos nas seções de convés e máquinas e do total dos demais profissionais, que antes era calculado em todos os níveis técnicos e em todas as atividades, de caráter contínuo, agora será calculado da mesma maneira da cabotagem.

A partir de agora também, o pedido de autorização de residência prévia para fins de concessão do visto temporário, que antes era analisado pelo Ministério do trabalho passará a ser avaliado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 10/11/2020**

## **MINFRA ESTUDA APORTE DE CONCESSIONÁRIOS DE RODOVIAS EM HIDROVIAS**

**Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 10/11/2020 - 19:20**

*Avaliação é que existem usuários de rodovias que se beneficiam do tráfego hidroviário, o que poderia justificar negociação para incluir melhorias em rios navegáveis como contrapartida.*

O diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Dino Antunes Batista, disse que o governo estuda uma avaliação de sinergias entre necessidades de investimentos em hidrovias com projetos de concessões rodoviárias que estão em curso no Ministério da Infraestrutura. Ele adiantou que o governo vem conversando com prestadores de serviço e usuários da navegação interior com objetivo de identificar soluções para gargalos. O programa, que vem sendo chamado de 'BR dos Rios', terá objetivo de incentivar o modal.

A ideia é que, em vez de falar em concessionário na hidrovia, o concessionário da rodovia tenha entre suas contrapartidas a manutenção na hidrovias.

Batista ressaltou que existem usuários da rodovia que se beneficiam do tráfego hidroviário. "Avaliamos que faz sentido poder incluir como obrigação do concessionário da rodovia", comentou nesta terça-feira (10), durante painel do Centro-Oeste Export.

Batista citou que, na hidrovía do Madeira, o governo busca a perenização da dragagem mais adequada. Ele contou que, em 2020, tem sido possível com DNIT interação mais próxima e possibilidade de diálogo para dragagem mais efetiva do que em anos anteriores. Por outro lado, a região tem sofrido com secas que têm colocado em risco as condições de navegabilidade do Madeira, inferiores às observadas nos últimos 10 anos. "Precisamos chegar a uma solução mais definitiva sobre o Madeira, soluções de engenharia que mitigariam a possibilidade de dragagem", afirmou.

O diretor destacou a importância das hidrovias para a integração com outros modais e aumento da competitividade logística. A hidrovía do Madeira, por exemplo, faz ponta multimodal com a BR-364, vias importantes para escoamento de soja e milho de Rondônia e do noroeste do Mato Grosso. Batista associou a força da navegação interior à presença da iniciativa privada protagonista do setor. Ele lembrou que, há cerca de quatro anos, Miritituba (PA) já estava com grande parte da infraestrutura preparada para a capacidade de 10 milhões de toneladas a ser movimentada, aguardando finalização da BR-163.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 10/11/2020*

## **IMO AVANÇA NA DEFINIÇÃO DAS MEDIDAS PARA REDUZIR AS EMISSÕES DE GASES POR NAVIOS ATÉ 2030**

*Por Almirante de Esquadra Luiz Henrique Caroli OPINIÃO 10/11/2020 - 18:09*

Grupo de Trabalho apresenta relatório com propostas de curto prazo para serem adotadas até 2023

Após intensas negociações online, a maioria dos países integrantes da 7ª Sessão do Grupo de Trabalho para Redução dos Gases do Efeito Estufa por Navios (ISWG-GHG7), da Organização Marítima Internacional (IMO), chegou a um consenso e apresentou, em 23 de outubro, um relatório contendo propostas concretas de curto prazo para a redução das emissões de gases pela navegação internacional, a serem implementadas até 2023. O relatório será submetido à aprovação da 75ª Sessão do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marítimo (MEPC75), que se reunirá entre 16 e 20 de novembro deste ano.

A posição brasileira sempre foi no sentido de reconhecer e apoiar a necessidade de se reduzir a emissão de gases do efeito estufa (GHG) por navios, para combater seus efeitos no aquecimento global. Por isso, recebemos com grande entusiasmo o resultado desta Sessão do Grupo de Trabalho, que representa uma importante conquista para a IMO, considerando a complexidade do assunto; o pioneirismo deste formato de negociação à distância; e a participação remota de mais de 300 participantes de estados-membros, organizações intergovernamentais (OIG) e organizações não-governamentais (ONG).

Esta etapa foi mais um passo para que a indústria marítima possa cumprir as metas da Estratégia Inicial da IMO, um acordo de 2018, que estabelece que até 2030 as emissões de dióxido de carbono emitidas pela navegação internacional sejam reduzidas em 40%, em relação aos níveis de 2008.

Durante a sessão, as diversas propostas apresentadas convergiram para uma única proposta combinada, contendo medidas técnicas e operacionais para a redução de emissões, com: (1) o estabelecimento de índices de eficiência energética para navios existentes (EEXI); (2) de indicadores de intensidade de carbono (CII); (3) de fortalecimento do Plano de Manutenção de Eficiência Energética dos Navios (SEEMP); e (4) de um mecanismo de classificação de eficiência energética de navios de A a E, a partir dos indicadores de intensidade de carbono, pelo qual os navios classificados como D e E deverão adotar medidas corretivas.

Outro aspecto relevante, que foi objeto de longo debate, foi a necessidade de se aplicar uma sistemática para a avaliação de impacto sobre os países decorrente da adoção das medidas combinadas, especialmente em relação às nações em desenvolvimento. O que se espera é que

as medidas aprovadas não causem distorções desproporcionais no comércio marítimo internacional nem afetem negativamente a economia dos países menos desenvolvidos.

Entretanto, embora um grande passo tenha sido dado no sentido de reduzir a emissão de GHG por navios, há de se reconhecer que muitas negociações ainda precisam ser realizadas para a definição das diretrizes e métodos de aplicação desta proposta combinada.

Brasil apoia os estudos para redução das emissões de gases por navios

O mar é vital para a economia do Brasil. Por isso, o País participa ativamente de todos os assuntos tratados na IMO. Nas questões envolvendo a redução de emissões de GHG, por exemplo, integramos o consórcio que realizou o 4º Estudo IMO GHG; e participamos do Steering Committee, que orientou e avaliou qualitativa e quantitativamente o relatório daquele estudo. Nossas universidades, empresas e ONG contribuem de forma efetiva e pró-ativa na busca de soluções, realizando estudos e pesquisas não só para a redução das emissões como, também, sobre novos tipos de combustíveis de baixo ou zero teor de carbono.

Desde o início das discussões informais organizadas pela IMO, em junho deste ano, o Brasil participa de forma destacada dos debates, sempre buscando soluções que possam ser implementadas sem gerar distorções e impactos desproporcionais na economia global.



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201110-almirante-de-esquadra-luiz-henrique-caroli.jpg>

*Almirante de Esquadra Luiz Henrique Caroli* Almirante de Esquadra Luiz Henrique Caroli é Representante Permanente do Brasil junto à Organização Marítima Internacional

Assim, temos a convicção de que o resultado deste Grupo de Trabalho foi uma vitória para a IMO e para todos os seus estados-membros e que seu relatório representa uma base concreta para o cumprimento das metas de redução da emissão de GHG estabelecidas pela Estratégia Inicial da IMO para a indústria marítima.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 10/11/2020*

## **CMA CGM INICIA OPERAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE GNL EM ROTTERDAM PARA PORTA-CONTÊINERES**

*Da Redação NAVEGAÇÃO 10/11/2020 - 13:00*

A CMA CGM completou sua primeira operação de abastecimento de GNL em Rotterdam. Em 2022, o armador terá 26 navios movidos a GNL, com capacidade total de 380 mil TEUs.

O primeiro bunkering de GNL da frota foi feita para o navio "CMA CGM Tenere", o primeiro dos seis porta-contêineres de 15 mil TEUs afretados pelo Grupo CMA CGM e movido a gás natural liquefeito (GNL). O novo porta-contêineres foi entregue em 15 de setembro, construído pela Hyundai Samho Heavy Industries para a Eastern Pacific Shipping. As outras cinco embarcações da classe serão entregues até o final de 2022.

Utilizando o maior navio transportador GNL do mundo, o "Gas Agility", o porta-contêineres recebeu 12 mil metros cúbicos de GNL em Rotterdam. O abastecimento foi feito durante a operação de movimentação de carga.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 10/11/2020*

## **ESTALEIROS DE MÉDIO PORTE NO EXTERIOR PASSAM POR CONSOLIDAÇÃO**

*Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 10/11/2020 - 13:00*



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201110-estaleiro-dae-san-coreia.jpg>

A retração nos pedidos de construção naval no mercado internacional está começando a afetar cada vez mais os estaleiros de médio porte. As expectativas de uma queda prolongada no volume de novos pedidos estão levando à consolidação do setor.

No mês passado, a Danish Shipping divulgou uma análise que dizia que os pedidos de construção naval

estavam em baixa. Em 2020, a análise mostra que novos pedidos foram feitos para navios mercantes com um dwt combinado de 26,5 milhões, próximo ao nível de 2016. Há quatro anos, o total era de 30 milhões de dwt. Globalmente, a análise informa que a carteira de pedidos total de navios mercantes totaliza 150,3 milhões de dwt.

A Sanoyas Holdings Co. do Japão foi a última vítima da prolongada desaceleração. A empresa anunciou que vendeu suas operações de construção naval para a Shin Kurushima Dock Co. Espera-se que a transação seja concluída em março de 2021. As perdas financeiras no estaleiro e o aumento da concorrência foram os motivos para a negociação.

Os grandes estaleiros coreanos têm relatado novos pedidos, levando o setor a superar seus rivais chineses nos últimos meses. Já os estaleiros coreanos de médio porte têm enfrentado dificuldades. Os pedidos de novas construções caíram quase pela metade para os estaleiros de médio porte do país em 2020. O declínio na segunda metade do ano deve acelerar ainda mais.

Três dos construtores navais de médio porte da Coreia estão atualmente em negociações lideradas por seus credores. A Hanjin Heavy Industries & Construction, a STX Offshore & Shipbuilding e a Dae Sun Shipbuilding and Engineering estão à venda. O Sungdong Shipbuilding já foi vendido. A consolidação não se limita apenas a esses estaleiros, uma vez que a Daewoo Shipbuilding está também em processo de fusão com a Hyundai Heavy Industries. Isso ocorre no momento em que a Coreia do Sul toma medidas para fortalecer sua indústria.

A consolidação vai além da Ásia. Na semana passada, a New Havyard Ship Technology da Noruega anunciou que reestruturará suas operações em um pátio de reparos e serviços e reduzirá o número de funcionários. A empresa planeja encerrar as operações de construção naval no estaleiro em Leirvik, na Noruega.

O estaleiro atualmente tem seis novas construções com conclusão programada para 2020 e 2021. O downsizing ocorrerá quando essas novas construções forem concluídas e novos contratos para reparo forem conquistados. Estima-se a redução do número de funcionários para cerca de 100 pessoas no próximo ano.

A empresa não descarta voltar a construir, mas no curto prazo acredita que as melhores oportunidades estão em reparos e serviços.

Já a norueguesa Kleven Verft entrou em falência no início deste ano. As operações do estaleiro foram vendidas em três transações. A operação de construção naval foi vendida para a Green Yard, empresa norueguesa que se dedica à reciclagem de navios. O novo proprietário planeja manter e expandir a construção naval.

O menor estaleiro da Alemanha, o Flensburger Schiffbau-Gesellschaft (FSG), que nos últimos anos se especializou em ro-ros e balsas, também está no meio de uma reestruturação.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 10/11/2020**